

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXV

FLORIANÓPOLIS, 11 DE MAIO DE 2016

NÚMERO 6.991

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Leonel Pavan  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Valmir Comin  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**3º SECRETÁRIO**

Mário Marcondes  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Silvio Dreveck

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Valdir Cobalchini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA  
(PSDB E PP)**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVÇÃO  
(PR E PSB)**  
Líder: Cleiton Salvaro

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: César Valduga

**PARTIDO SOCIAL CRISTÃO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Ricardo Guidi  
Narcizo Parisotto  
João Amin  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Cleiton Salvaro  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
José Milton Scheffer  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Natalino Lázare  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Gean Loureiro - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ricardo Guidi  
Silvio Dreveck  
Antonio Aguiar  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Patrício Destro  
Rodrigo Minotto  
José Milton Scheffer  
Antonio Aguiar  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Rodrigo Minotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
João Amin  
Neodi Saretta  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Ana Paula Lima  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto  
Serafim Venzon  
Gean Loureiro

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Patrício Destro  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente  
Doutor Vicente - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Cesar Valduga  
José Milton Scheffer  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Doutor Vicente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Luiz Fernando Vampiro  
Romildo Titon  
Neodi Saretta  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Natalino Lázare  
Doutor Vicente  
Dalmo Claro  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXV</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 039ª Sessão Ordinária realizada em 05/05/2016..... 2</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiência Pública..... 5 Ata de Comissão Permanente.. ..... 15 Extrato..... 16 Ofícios..... 16 Portarias..... 17 Projeto de Lei..... 20</p>
--	---	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2016

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Deka May - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio  
Dirce Heiderscheidt  
Mário Marcondes

DEPUTADO GELSON MERISIO  
(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

#### Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK  
(Orador) - Registra que o governador do estado nomeou 711 novos policiais militares, aprovados no concurso de 2015, assegurando o

compromisso firmado por ele com a segurança pública, e que serão distribuídos conforme a necessidade dos municípios. Parabeniza o jornal *Diário Catarinense* pelos 30 anos de fundação, comunicando que a Assembleia Legislativa fará uma homenagem ao referido jornal na presente data.

Critica a decisão do juiz de um município de Sergipe em suspender o WhatsApp, prejudicando a sociedade em geral.

Deputado Deka May (Aparteante) - Reitera o reconhecimento ao governo, assim como ao secretário Cesar Grubba, que cumpriu com a sua palavra. Parabeniza os fundadores do Diário Catarinense pelos 30 anos de fundação do jornal.

Deputado Cesar Valduga (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo assunto abordado sobre a segurança e também reitera as suas palavras em relação ao *Diário Catarinense*. [Taquígrafa: Rubia]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Discorre sobre os problemas na área de Segurança Pública, frisando que o trabalho preventivo de recuperação de detentos precisa de iniciativas concretas, mencionando o papel relevante dos servidores técnico-administrativos, da saúde, da assistência social e dos agentes prisionais.

Comenta sobre o edital de convocação dos policiais concursados, que não irá suprir a carência da segurança pública no estado, correlacionando com a falta de servidores na Educação e na Saúde.

Deputado Deka May (Aparteante) - Parabeniza o deputado e corrobora a fala, salientando que o trabalho preventivo na área de Segurança é fundamental. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Orador) - Convida os deputados e todos os catarinenses para participarem da Expocentro, no município de Curitiba, que acontecerá no final de semana subsequente, parabenizando o prefeito do referido município pelo esforço na organização da festa. Faz, também, um cumprimento especial à sua mãe e a todas as mães catarinenses pela passagem do Dia das Mães.

Manifesta-se a favor do projeto de lei que cria o Plano de Cargos e Salários para todos os agentes prisionais de Santa Catarina, citando o presídio de São Cristóvão do Sul como modelo de gestão, proporcionando economia para o estado, e considera que tal sistema deveria ser estendido às demais unidades prisionais catarinenses.

Deputado Deka May (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela pertinência do tema, corroborando a ideia. Ressalta que a maioria das prisões brasileiras não ressocializa o detento, fazendo com que muitos voltem a praticar crimes. Comunga do mesmo pensamento do deputado Nilso Berlanda em relação à penitenciária de São Cristóvão do Sul servir de referência às demais.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo pronunciamento, concordando que tal penitenciária deveria ser um exemplo para as demais. Declara-se favorável ao projeto dos agentes prisionais, defendendo que os técnicos do sistema prisional também sejam contemplados no referido projeto.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Concorda com as palavras do deputado, reforçando que é preciso avançar no sentido de buscar alternativas para o sistema prisional quanto à ressocialização dos detentos. [Taquígrafa: Sara]

\*\*\*\*\*

#### Partidos Políticos

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Faz menção à comemoração dos 30 anos de fundação do jornal *Diário Catarinense*, ressaltando as bandeiras de Santa Catarina que o importante meio de comunicação do estado já estampou. Parabeniza as taquígrafas da Assembleia Legislativa pela passagem do seu dia, e registra também o aniversário de 181 anos da Polícia Militar, cumprimentando a corporação pelo trabalho relevante que presta ao estado. Manifesta-se sobre a audiência pública realizada na Assembleia para debater o PLP 257/2016, que tramita na Câmara dos Deputados, e trata da renegociação da dívida dos estados com a União. Destaca a importância do debate, enfatizando que se o projeto for aprovado da forma como o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, Santa Catarina vai ficar por dois anos sem poder contratar agentes de segurança e haverá impacto em outros setores, como na Saúde e na Educação.

Deputado Deka May (Aparteante) - Parabeniza a deputada Dirce Heiderscheidt pela proposição da sessão especial em homenagem ao jornal *Diário Catarinense*. [Taquígrafa: Cristiany]

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Comenta a decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavaski, que determinou o afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do mandato de deputado federal. Alega que tal decisão merece ser comemorada pelo partido e pela nação brasileira, já que o país não pode mais conviver com alguém que não tem condições morais de estar na linha sucessória da Presidência da República.

Deputado Mauro de Nadal (Aparteante) - Enaltece as palavras do deputado, alegando que, por todos os fatos, o próprio presidente da Câmara já deveria ter solicitado o seu afastamento.

Deputado Deka May (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo pronunciamento, que demonstra responsabilidade, admitindo que alguém do seu próprio partido possa macular a imagem do país.

Deputado Gean Loureiro (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela manifestação e

salienta que o PMDB não tem que se omitir em tomar uma posição muito firme em relação ao referido episódio. [Taquígrafa: Salete]

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Registra o aniversário de 181 anos de fundação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, e que também será homenageado pela Cavalaria da Polícia Militar do Estado, pelo seu trabalho, com apoio do governo do estado, na Equoterapia, trabalho com cavalos e crianças com necessidades especiais.

Parabeniza o deputado Dr. Vicente Caropreso pelo projeto, de sua autoria, que está tramitando na Casa, sobre a possibilidade da utilização de cães no tratamento de pessoas internadas em hospitais, a Cinoterapia. Entende ser de extrema importância a participação dos cães, como co-terapeutas na recuperação de pessoas.

Faz menção ao afastamento do deputado Eduardo Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados, salientando que o Brasil já esperava por isso, embora haja a preocupação com a autonomia dos poderes.

Critica a atuação do juiz que suspendeu o WhatsApp, alegando que a sociedade não tem nada a ver com a investigação de tráfico de drogas em Sergipe, e frisando que o Brasil precisa de uma reformulação no sistema judiciário brasileiro.

Deputado Deka May (Aparteante) - Corroborava a fala do deputado, manifestando a importância dos animais de estimação no tratamento de pessoas, dando total apoio ao projeto do deputado Dr. Vicente Caropreso. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSDB

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Reitera a situação difícil que o país enfrenta em função dos erros cometidos pelas administrações públicas, prejudicando o pagamento de salários dos servidores e o envio dos recursos destinados aos hospitais filantrópicos.

Enaltece a decisão do afastamento do deputado federal e presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acreditando que começou uma limpeza política.

Comunica que coordenou uma audiência pública sobre a periodicidade na realização do exame de rastreamento de câncer de mama, buscando informações com entidades médicas para pressionar o ministério da Saúde a baixar a idade mínima à realização dos exames, para que a doença seja detectada na sua fase inicial, aumentando as chances de cura e gerando uma economia na saúde pública. [Taquígrafa: Rubia]

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Manifesta apoio aos técnico-administrativos da secretaria de Segurança e Cidadania na luta justa para serem contemplados no projeto de lei que cria o reajuste e política salarial.

Em relação ao *impeachment*, afirma que não há comprovação de crime de responsabilidade fiscal segundo a Constituição Federal e, sendo assim, caracteriza-se um golpe.

Afirma que as grandes crises concretizam-se no reacúmulo de renda dos grandes capitalistas, visando à terceirização dos serviços. [Taquígrafa: Silvia]

\*\*\*\*\*

Ordem do Dia

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0158/2015.

Comunica também que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0015/2016 e 0022/2016.

Pedido de Informação n. 0076/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos valores disponibilizados no exercício financeiro 2015 para custeio da Bescor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0077/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos valores disponibilizados no exercício financeiro 2015 para custeio da SC Participações e Parcerias S.A.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0078/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos valores disponibilizados no exercício financeiro 2015 para custeio da Codesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0068/2016, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviada ao professor, apresentador de rádio e TV, o vereador Jens Juergen Mantaun, de Blumenau, parabenizando-o pelos 25 anos de serviços prestados ao município.

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Com a palavra, a sra. deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Solicito ao deputado dr. Vicente Caropreso para subscrever esta moção.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Certo, deputada Ana Paula Lima.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0069/2016, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro do Trabalho e Previdência Social e demais autoridades, apelando pelo urgente credenciamento de mais um médico perito e de servidores administrativos para atendimento na APS de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Deputado César Valduga - Peço a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado César Valduga.

DEPUTADO CÉSAR VALDUGA - Gostaria de registrar a presença dos agentes socioeducativos que nos visitam neste dia de hoje. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Ao mesmo tempo, gostaria de registrar a presença da deputada federal e presidente estadual do nosso partido, ex-deputada estadual, deputada Angela Albino, que nos honra com sua presença, e pelo belo trabalho prestado ao nosso estado de Santa Catarina.

Seja bem-vinda a esta Casa, deputada Angela Albino, é uma honra recebê-la no Parlamento de Santa Catarina.

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Também gostaria de me somar à fala do deputado César Valduga, no registro da presença da nossa ex-colega da Casa, deputada Angela Albino, hoje deputada federal, cumprimentando o partido PCdoB, um partido que tem debatido os grandes temas nacionais, tem discutido junto ao Partido dos Trabalhadores e demais partidos, PDT e outros, este grande momento que vivemos no Brasil e a luta pela democracia, acima de tudo.

Também gostaria de corrigir uma falha minha, falei, antes, dos agentes socioeducativos, quero registrar a presença dos técnico-administrativos, que também estão aqui nos visitando.

Muito obrigado.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES - O deputado César Valduga está sendo vigiado pela presidente do partido, então, deputado, faça o seu dever de casa. Aliás, v.exa. tem feito o dever de casa mesmo sem a vigilância da sua presidente.

Seja bem-vinda, deputada Angela Albino, sempre nossa deputada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0479/2016, 0487/2016, 0488/2016, 0489/2016, 0490/2016, 0491/2016, 0498/2016 e 0499/2016, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0480/2016, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0481/2016, de autoria do deputado Gabriel

Ribeiro; 0482/2016, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0483/2016, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0484/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0485/2016, 0486/2016 e 0497/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0492/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0493/2016, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0494/2016 e 0495/2016, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0496/2016, de autoria do deputado Darci de Matos; 0500/2016, de autoria do deputado João Amin; e 0501/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Comunica, também, que será enviada aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0204/2016, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0205/2016, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de tratar da Indicação de minha autoria, dirigida ao governador do estado, que solita a revitalização asfáltica da Rodovia SC-283 que liga os municípios de Concórdia a Chapecó.

Teremos a passagem da tocha olímpica pelos municípios de Chapecó a Concórdia e, a delegação que está antecedendo os preparativos para o evento está preocupada porque a rodovia não dá condições para isso. Então, corre o risco de os municípios serem prejudicados por não poderem participar deste momento causa desse problema. Precisa ser feito um reparo rápido naquela rodovia para justamente dar condições para que ocorra a passagem da tocha olímpica e a região possa receber toda a delegação que acompanha o trajeto.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Que o seu pedido se estenda às demais rodovias de Santa Catarina, tanto as federais quanto as estaduais. Se a tocha tiver que passar pelo estado inteiro acho que não chegará inteira ao destino.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

#### Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Cumprimenta a deputada federal, Angela Albino, que se faz presente no plenário, bem como os profissionais socioeducativos do Casep.

Faz referência ao 2º Congresso Nacional de Parto Humanizado, também conhecido como parto normal, que tem o objetivo de trazer à tona a reflexão sobre os papéis da mulher moderna e as formas de permiti-la vivenciar o feminino em sua plenitude. Parabeniza todas as mães do estado, destacando que há muito a comemorar no Dia das Mães.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Parabeniza a deputada pela luta de valor o que as mulheres aprenderam há milhares de anos em relação ao parto, e cumprimenta todas as mães pela passagem do seu dia.

Deputado Deka May (Aparteante) - Enfatiza a importância da deputada para o Parlamento Catarinense, pela maneira como

defende suas convicções. Faz menção ao Dia das Mães. [Taquígrafa: Salete]

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Cumprimenta todos os agentes socioeducativos presentes no Plenário e, com tristeza, fala da luta dos referidos servidores em relação ao desinteresse ou falta de responsabilidade social do estado.

Alerta o governo do estado, a secretaria de Justiça e Cidadania e o Ministério Público sobre acontecimentos ocorridos no Case - Centro de Atendimento Socioeducativo -, antigo São Lucas, que abriga menores infratores, pedindo solução imediata e a necessidade do núcleo gestor autorizar a renovação do contrato dos servidores ou autorizar concurso público, já que a instituição está na iminência de ter as atividades interrompidas, destacando que os crimes cometidos por menores são crescentes.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Registra audiência pública sobre o sistema socioeducativo, tendo em vista graves problemas. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO DEKA MAY (Orador) - Congratula-se com o deputado pelo tema abordado e comenta a respeito do impasse sobre a renovação do contrato dos agentes socioeducativos, colocando-se à disposição na busca de uma solução para o problema.

Parabeniza a Polícia Militar pela passagem dos 181 anos, reconhecendo a importância da instituição para a sociedade.

Comunica que tramita na Casa um projeto, de sua autoria, que declara de utilidade pública a Associação Clube de Mães, da cidade de Tubarão, atendendo à solicitação do vereador Gelson Bento.

Saúda todas as mães, e em especial à sua, pela passagem do Dia das Mães. [Taquígrafa: Rubia]

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Reporta-se às iniciativas sobre questões sociais que o governo do estado tem que tomar, como o caso dos Caseps, citando as visitas que realizou em todos eles, destacando o empenho dos educadores, dos funcionários, bem como a falta de investimentos na área.

Mostra-se preocupado com as injustiças que acometem os cidadãos comuns, que muitas vezes os levam a cometer algum tipo de delito, exemplificando o caso de um morador de Lages que necessitava fazer alguns exames e que, após passar por mais de cinco locais, matou a atendente. Menciona que existem milhares de pessoas cabisbaixas a espera de uma consulta ou de um exame que, muitas vezes, buscam fazer Justiça com as próprias mãos tendo em vista tamanho desespero.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Registra, em nome do Parlamento Catarinense, o aniversário de fundação de 181 anos da Polícia Militar, cumprimentando a corporação pelo trabalho relevante prestado ao estado. Também parabeniza a todas as mães catarinenses pela data e, não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em comemoração aos 30 anos do jornal *Diário Catarinense*. [Taquígrafa: Silvia] [Revisão Final - Taquígrafa: Renata].

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES EMENTA TAQUIGRÁFICA

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE			
<b>EVENTO:</b> audiência pública	<b>DATA:</b> 29/03/2016	<b>LOCAL:</b> Plenarinho	Deputado Paulo Stuart
	<b>HORA:</b> 19h30min	Wright/Alesc	
<b>SUMÁRIO:</b> debater as obras de acesso ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz			
<b>PRESIDENTE:</b> Deputado Estadual Gean Loureiro			
<p><b>PARTICIPANTES DA MESA:</b> Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; Carlos Alberto Ferrari, diretor de Planejamento e Projetos do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra/SC); Coronel PM Waldyvio da Costa Paixão Junior, Vereador de Florianópolis/SC; Martin Rodacki, Procurador Federal representando o coordenador do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), senhor Daniel Guimarães Bolsonaro Penteado; Ricardo Diestel May, coordenador de Comunicação Social da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Coronel PM José Norberto de Souza Filho, Comandante de Policiamento Militar Rodoviário (CPMR/SC); João Pimenta, Procurador Jurídico da Fundação do Meio Ambiente (Fatma); Marco Aurélio Floriani, presidente do Floripa e Região Convention &amp; Visitors Bureau.</p> <p><b>REGISTRO DE PRESENÇA:</b> Célio João, Vereador de Florianópolis; Vanderlei Farias, Vereador de Florianópolis; Celso Sandrini, Vereador de Florianópolis; Fernando Rossa, vice-presidente da Comissão de Transportes e Mobilidade Urbana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC); Hélio Leite, gerente de Articulação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL), representando Marco Aurélio dos Santos, presidente da CDL de Florianópolis; Eduardo Luz, procurador jurídico do Avaí Futebol Clube, representando Nilton Macedo Machado, presidente do Avaí Futebol Clube; Leandro Bértoli Neto, representando Valdir Rubens Walendowsky, presidente da Santa Catarina Turismo (Santur); Graciela Fernandez, presidente da Associação dos Moradores do Loteamento Santos Dumond (Amosad); Jader Henrique Junckes, coordenador de Meio Ambiente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Emanuel Souza Alberton, membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC); Celso Ternes Leal, 2º vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (Crea); Jacqueline da Silva Bittencourt, presidente do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do Bairro Carianos; Edson Stanislaw Kowalsky de Souza, presidente do Conselho Municipal de Saúde do Bairro Tapera; Sérgio Luiz Gomes da Silva, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Leonel Pavan; Thiago Antunes, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Dr. Vicente; Coronel PM Pedro Abel, presidente do diretório Municipal do PMDB de Florianópolis; Camile Rodrigues Miguel, engenheira da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); Samuel Becker, engenheiro da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); Luiz Hames, analista legislativo e tributário da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); Luiz Henrique Bottega, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Carianos (Amocar); Sandro Azevedo, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual João Amin; Hamilton Peluso, representando o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis (SHRBS); Marcelino Dutra, gerente regional da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); Maikon Costa, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Carianos (Amocar), diretor de planejamento do Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha (Codesi) e coordenador Comissão Especial para Assuntos de Mobilidade Urbana do Codesi; Sandra Maria Raimundo, presidente da Associação de Moradores da Costeira do Pirajubaé (Amocop).</p>			
<p><b>MANIFESTAÇÕES:</b> Deputado Estadual Gean Loureiro; Carlos Alberto Ferrari; João Pimenta; Martin Rodacki; Maikon Costa; Luiz Henrique Bottega; Graciela Fernandez; Ricardo Diestel May; Coronel PM José Norberto de Souza Filho; Marco Aurélio Floriani; Vereador Coronel Paixão; Julio Cesar Sampaio Boaventura; Thiago Santos; Jacqueline da Silva Bittencourt; Sebastian Rosenfeldt.</p>			
<p><b>ENCAMINHAMENTOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- deliberar para que todos os sete Deputados da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa encaminhem ao Plenário um posicionamento da Assembleia Legislativa direcionado ao Deinfra, à Fatma, ao ICMBio, ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal, corroborando com o posicionamento das comunidades envolvidas.</li> <li>- o encaminhamento principal é ter uma deliberação e ver todas as ações que nós podemos realizar até a audiência de conciliação na Justiça federal.</li> </ul>			

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER AS OBRAS DE ACESSO AO AEROPORTO INTERNACIONAL HERCÍLIO LUZ, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2016, ÀS 19H30MIN, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, NO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Boa noite, senhoras e senhores.

Vamos dar início à audiência pública da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, que vai discutir as obras de acesso ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Para tanto, vamos compor a nossa mesa de trabalho, já pedindo desculpas a diversas pessoas que mereciam aqui estar, mas que em função do pequeno espaço, teremos apenas representações. Convidamos o senhor Carlos Alberto Ferrari, diretor de Planejamento e Projetos do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra/SC); o senhor Coronel PM Waldyvio da Costa Paixão Júnior, Vereador de Florianópolis, representando os Vereadores presentes; o senhor Martin Erich Rodacki, Procurador Federal, representando o coordenador regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/SC), senhor Daniel Guimarães Bolsonaro Penteado; o senhor João Pimenta, procurador jurídico da Fundação do Meio Ambiente (Fatma); o senhor Coronel PM José Norberto de Souza Filho,

Comandante do Comando de Policiamento Militar Rodoviário (CPMR/SC); o senhor Ricardo Diestel May, coordenador de Comunicação Social da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e o senhor Marco Aurélio Floriani, presidente do Floripa e Região Convention & Visitors Bureau, representando as diversas entidades presentes.

Informo que o coordenador regional do ICMBio em Santa Catarina justificou sua ausência e disse que o Procurador Federal Martin Rodacki, que representa a Procuradoria Federal Especializada Junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, vinculada à Advocacia-Geral da União, já respondia pelo cargo há muito anos e estava a par das questões para representar o ICMBio nesta discussão.

Como metodologia para o desenvolvimento da nossa audiência, inicialmente passaremos a palavra ao Deinfra, para que o Ferrari faça uma apresentação de aproximadamente quinze minutos e depois aos componentes de mesa, especialmente aos órgãos ambientais, para que tracem um panorama da questão do lote intermediário, sobre o qual existe um pequeno imbróglgio. Em seguida vamos ouvir por um tempo determinado as lideranças da comunidade que já se inscreveram e que têm *slides* para apresentar e, logo depois, abriremos a palavra à plenária, também limitando o tempo.

Registro a presença na nossa audiência do senhor Célio João, Vereador de Florianópolis; do senhor Vanderlei Farias, Vereador

de Florianópolis; do senhor Celso Sandrini, Vereador de Florianópolis; do senhor Fernando Rossa, vice-presidente da Comissão de Transportes e Mobilidade Urbana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC); do senhor Hélio Leite, gerente de Articulação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL), representando Marco Aurélio dos Santos, presidente da CDL de Florianópolis; do senhor Eduardo Luz, procurador jurídico do Avaí Futebol Clube, representando Nilton Macedo Machado, presidente do Avaí Futebol Clube; do senhor Leandro Bértoli Neto, representando Valdir Rubens Walendowsky, presidente da Santa Catarina Turismo (Santur); da senhora Graciela Fernandez, presidente da Associação dos Moradores do Loteamento Santos Dumond (Amosad); do senhor Jader Henrique Junckes, coordenador de Meio Ambiente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); do senhor Emanuel Souza Alberton, membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC); do senhor Celso Ternes Leal, 2º vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (Crea); da senhora Jacqueline da Silva Bittencourt, presidente do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do Bairro Carianos; do senhor Edson Stanislaw Kowalsky de Souza, presidente do Conselho Municipal de Saúde do Bairro Tapera; do senhor Sérgio Luiz Gomes da Silva, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Leonel Pavan; do senhor Thiago Antunes, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Dr. Vicente; do senhor Coronel PM Pedro Abel, presidente do diretório Municipal do PMDB de Florianópolis; da senhora Camile Rodrigues Miguel, engenheira da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); do senhor Samuel Becker, engenheiro da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); do senhor Luiz Hames, analista legislativo e tributário da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); do senhor Luiz Henrique Bottega, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Carianos (Amocar); do senhor Sandro Azevedo, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual João Amin; do senhor Hamilton Peluso, representando o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis (SHRBS); do senhor Marcelino Dutra, gerente regional da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); do senhor Maikon Costa, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Carianos (Amocar), diretor de planejamento do Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha (Codesi) e coordenador Comissão Especial para Assuntos de Mobilidade Urbana do Codesi; e da senhora Sandra Maria Raimundo, presidente da Associação de Moradores da Costeira do Pirajubaé (Amocop).

Inicialmente quero agradecer a presença de todos os moradores, especialmente do Carianos, de todas as entidades representativas da sociedade, especialmente daquelas voltadas ao turismo de Santa Catarina e das que acompanham toda a realização das obras no nosso Estado, de maneira especial essa obra de grande importância que é o acesso ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Durante um período tivemos uma longa discussão relativa à execução da obra, quando num primeiro contrato o governo do Estado, através do Deinfra, fez uma licitação de todo o trecho. Obviamente que existia responsabilidade de diversas partes, dentre elas da Prefeitura com as desapropriações, inicialmente, do governo do Estado, da Infraero, mas infelizmente a empresa contratada não executou a contento o que estava programado para aquela execução, o que determinou o destrato pelo governo do Estado do contrato existente e a definição de um novo formato de licitação, dividindo em lotes, que o Ferrari vai poder expor posteriormente, os quais alguns deles estão em execução, e parece-me que dentro do cronograma.

O nosso primeiro objetivo é conhecer o andamento de cada lote individualmente e saber os prazos para a execução, e sobre um deles, que seria o Lote 2, não sei se seria essa a numeração, próximo à Ressacada, existe uma indefinição do traçado adequado, com uma posição do ICMBio perante o tema de que a Fatma licencia, mas por estar na Resex necessita obrigatoriamente, conforme determina a legislação, do aval do órgão federal responsável, que é o ICMBio.

Há uma discussão por parte do governo sobre a necessidade de um dos traçados ter um investimento, que segundo o governo seria inviável do ponto de vista financeiro ter que arcar com todas as desapropriações, com o posicionamento de novos traçados. As informações que a gente tem é que existe uma discussão prévia, em função de uma ação judicial, na qual conversam os órgãos ambientais, na busca de uma definição definitiva - é um pleonasmo, mas é nesse sentido mesmo - do traçado a ser executado, se esse licenciamento é viável efetivamente de ser executado, para que possa, a partir daí, ter a ordem de serviço e o início da execução das obras.

Também motivou a realização desta audiência pública o fato de que em visita recente ao Ministro da Aviação Civil, numa audiência chamada pelo Deputado Federal Esperidião Amin, da qual grande parte da bancada catarinense participou e eu acompanhei o Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, o Deputado Federal Mauro Mariani, houve uma exposição completa das preocupações quanto à inclusão do Aeroporto Hercílio Luz no Programa de Concessões do governo federal. Lá tivemos a informação que o aeroporto está selecionado entre os cinco ou seis aeroportos do País que vão entrar no pacote de concessão, o que para nós, de Santa Catarina, é muito bom, porque a concessão não muda nada para o usuário, que hoje já paga a taxa de embarque, só vai ter a gestão por uma empresa privada, concessionária, do Estado, trazendo um aporte de investimentos nos primeiros 24 meses, quando grande parte da obra tem a obrigatoriedade de ser executada, de mais de R\$ 600 milhões, numa totalização, no período da concessão, de aproximadamente R\$ 1 bilhão.

Entretanto, o Ministro deixou muito claro naquela oportunidade que um dos fatores que atraí os investidores para participar do leilão... porque se o leilão der deserto, todo esse desejo cai por água e nós voltamos à situação anterior, porque nas concessões anteriores, algumas realizadas, não se tinha um cronograma e não foram realizadas obras de acesso, havendo um prejuízo grande; eram acessos sem condições de utilização, aeroportos modernos, completos e uma dificuldade tremenda para esse acesso. E o Ministro deixou muito claro que era importante, até antes do leilão, ter todos os lotes ou a obra em andamento com o cronograma da sua execução. Lá os representantes do governo do Estado falaram do avanço das obras, mas a gente sabe que existe um imbróglio em um dos lotes, e nós imaginamos que se esse imbróglio continuar até o período do leilão pode ser problema, porque ninguém investe R\$ 1 bilhão sem consultar todos os entraves que possam existir, especialmente quanto ao acesso, chegada e saída do novo Aeroporto Hercílio Luz que vai ser construído.

O nosso papel, então, é conhecer do Deinfra essa situação, saber como o governo do Estado conduz a negociação para a definição desse traçado, ouvir as ponderações da comunidade que pode vir a ser prejudicada ou não com isso. É uma obra de importância para a cidade, entretanto a gente vê o desespero de algumas famílias, que primeiro terão uma desapropriação num valor venal muito inferior àquele de mercado, e, segundo, obviamente que é uma caracterização de quem convive no bairro, as famílias já são envolvidas e não querem ali realizar isso.

Eu tenho uma defesa muito clara: uma via parece o melhor delimitador de uma área ambiental. Então, quando você tem uma experiência que nós temos, quando temos uma via que limita as reservas, se isso for possível e a gente está aqui para ouvir, ela traz uma garantia que não vai haver novas invasões, etc. Então estamos aqui para ouvir até mesmo o desabafo de vocês, já que audiência pública dá liberdade para isso, mas queremos discutir uma oportunidade de entender o encaminhamento e de os órgãos saberem que vamos ter por parte da Assembleia Legislativa uma fiscalização e um acompanhamento permanentes em cima desse tema.

Só quero informar os moradores do Carianos que eu recebi um pedido do Vereador Coronel Paixão, que é morador do Carianos, no sentido de que se pudesse entrar em contato com a Casan em função da discussão existente sobre o abastecimento de água naquela região. Conversei com o presidente da Casan, Valter Gallina, no dia de ontem, e ele assumiu o compromisso de que estaria aqui um dos diretores responsáveis para dar uma explicação oficial sobre quais providências vêm sendo tomadas, senão a gente acaba vivendo de conversas que muitas vezes podem não ser conversas oficiais. E a gente também já está aqui para cobrar da Casan, se for preciso, que algo seja feito.

Então, o Lucas está aqui para, ao término da audiência, àqueles moradores que desejarem e associações, fazer uma explanação do que acontece. Já que houve o deslocamento de moradores do bairro para debater o tema da audiência, que se aproveite a oportunidade para tratar desse assunto e ouvir uma informação oficial da Casan. E daí a gente já está pronto para cobrar da Casan a concretização da informação.

Desculpem-me se avancei na explicação inicial, mas o nosso objetivo era poder dar uma informação clara dos motivos da realização desta audiência.

Após essas considerações e conforme o formato da audiência colocado inicialmente, passaremos a palavra ao senhor Carlos Alberto Ferrari, diretor de Planejamento e Projetos do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra/SC).

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Boa noite a todos. *(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)*

Deputado, é muito prudente o Deinfra vir a público prestar alguns esclarecimentos, que se tornam necessários porque muita coisa se fala, e principalmente porque nunca tivemos uma oportunidade como esta de esclarecer os fatos que vamos apresentar a vocês.

Eu não quero me alongar muito, prefiro fazer uma projeção dos lotes que estão em obra: o segmento que é da 405 até o viaduto do Carianos; depois do trecho que compete à estrada da Tapera, que nós chamamos de 405 até o local onde será o novo terminal do aeroporto. Nós temos também em obras um terceiro lote, que chamamos o lote das obras de artes especiais. É que nós temos uma galeria sob o Rio Fazenda, que já está concluída, e nós temos uma passagem também que dá acesso ao terreno da Universidade. É uma passagem pequena, mas para nós também é considerado um acesso muito importante.

*(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)*

Como este é um documento mais técnico, vou passar mais rapidamente e me deter na parte mais necessária.

Primeiramente vou mostrar para vocês o traçado que nós chamamos... Esse aqui é o nosso segmento inicial, que começa ali no Trevo da Seta, onde nós podemos observar o volume de desapropriação nesse trecho. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]*

Bom, esse segmento inicial, nós começamos ali onde é conhecido como o Trevo da Seta, um pouquinho mais na frente, e, logo na sequência, vemos aquele trecho alaranjado ali *(Mostra na imagem.)*, que seria a ponte que já está pronta, correto?

Prosseguindo, ele segue após a ponte, naquela parte que estamos, hoje, fazendo uma terraplanagem ali ao lado, sendo que estão previstas quatro passagens ambientais de fauna - que são aquelas passagens em azulzinho clarinho ali *(mostra na imagem.)* -, e com a área de delimitação do mangue, que é aquela cerca que aparece em azul. Nós vamos ainda em direção à Ressacada, em direção aos Carianos, no qual temos esta grande interseção que leva ao Estádio Aderbal Ramos da Silva e leva para o Bairro Carianos também.

Este aqui *(mostra na imagem)* é o primeiro traçado, Deputado, que foi desenvolvido, que atendeu aquela solicitação do Ministério Público, que é o traçado licenciado. Esse segmento não foi nem licitado. Nós fizemos, naquela oportunidade, aquela primeira licitação na qual o Espaço Aberto era detentora, e, devido aos custos dos valores que representavam essa desapropriação, na oportunidade da recontração, da relicitação da obra, também foram estudadas outras alternativas de traçado. Mas este aí é o único traçado reconhecido e licenciado que temos dentro do Deinfra e licenciado pela Fatma. Ele continua e faz esta projeção *(mostra na imagem)* mais em cima do loteamento também e aqui encerra esse segmento, esse lote. Na sequência, ele já engataria no lote seguinte, que é o que vamos ver.

Nós agora vamos ver o lote que é dali da 405, que a gente chama... Deixa eu ver se consigo carregar esse mapa geral para vocês entenderem, ele é intermediário. Este aqui é outro estudo que nós fizemos, que já saímos por trás *(aponta para o mapa)*. Vocês observem que ele já teve um afastamento. Ele passa por trás do loteamento e só lá na frente é que ele faz aquela desapropriação. É outra alternativa que nós apresentamos. Repito, ela não foi licenciada. Eu só mostraria o segmento do loteamento para que fique mais rápido, correto?

Agora vou mostrar para vocês, o lote dois. Este aqui *(aponta para o mapa)* é todo o segmento, a seção transversal da rodovia, que inicia lá na saída da ponte. São duas pistas duplas, com 3,5 metros em cada lado, com passeio, canteiros, e, de um lado dela, temos projetada uma ciclovia. Aqui, nós temos a ideia dela projetada *(aponta para o mapa)* em cima de uma foto, que facilita o entendimento de vocês. Ali, ela está mostrando um detalhe do passa fauna. Aqui, o entendimento do viaduto que dá acesso à Ressacada, passa pelos Carianos também. Aqui só uma perspectiva que mostra em detalhe isso aqui *(aponta para o mapa)*. Este segmento, Deputado, nós estamos com ele em cima daquele primeiro traçado licenciado. Aí, ele prossegue, e quando ele chega nessa seção transversal é outra seção com um canteiro mais largo um pouco, chegando a uma rótula que dá acesso a Tapera e depois ao Campeche e ao Centro, correto? Essa rótula já está em execução, está quase pronta.

Aqui, *(aponta para o mapa)* é a seção em pista simples, que leva desta rótula até o aeroporto, até o novo terminal, por que pista simples? Ela já está prevista em pista simples já prevendo a sua ampliação futuramente. É deste ponto aqui assim, que ele vai ao aeroporto em pista simples *(aponta para o mapa)*. Ele vem aqui assim. Mas essa interseção nós alteramos, recentemente, há uns vinte dias,

na nossa última reunião, por uma rótula tipo daquela *(aponta para o mapa)* e vamos trazer, desde o segmento intermediário com pista dupla, até aqui assim *(aponta para o mapa)*. Ela não vai ter esse segmento de pista simples não. Nós vamos fazer toda ela duplicada e vai encerrar na rótula e, quem está indo em direção ao centro, ela vai iniciar em pista dupla em direção ao Centro. Este segmento de pista simples *(aponta para o mapa)* é desta interseção até o aeroporto. No projeto anterior estava este aqui também pista simples, mas fizemos uma alteração recentemente. Aí, ele continua em direção ao aeroporto e quando chega próximo ao aeroporto tem essas interseções aqui assim *(aponta para o mapa)*. Vocês podem observar ali, limite do projeto, acesso ao novo terminal do Aeroporto Hercílio Luz e também que tem um acesso que atende a Universidade, foi um pedido da Universidade Federal também.

Esses são os custos estimados da obra *(mostra na imagem)*. Todos os serviços.

Eu vou agora mostrar para vocês os nossos problemas, que a gente considera problemas, que são os traçados intermediários. Nessa projeção nós podemos observar os três traçados que foram propostos. *(mostra na imagem)* Este aqui, é o traçado inicial, em azul, que foi licenciado; em vermelho, o traçado que propomos, anteriormente, para que funcionasse como uma barreira protegendo a área ambiental, a Área de Preservação Permanente, como o próprio Deputado falou ainda há pouco, mas numa das reuniões que houve, no Ministério Público, foi solicitado uma alternativa. Nós desenvolvemos esta alternativa, no meio das duas que estavam anteriormente projetadas *(mostra na imagem)*. Nós queremos deixar bem claro que, desde a primeira licitação, o Deinfra sempre foi favorável - isso nas reuniões que tivemos com a comunidade ficou bem claro -, sempre defendemos essa ideia do traçado em vermelho. Só que nós estamos obedecendo a uma determinação do Ministério Público que nos solicitou um estudo intermediário.

Eu tenho essa foto só em cima dos loteamentos *(mostra a foto)*, vocês podem observar que o traçado dela em cima do loteamento tem um significativo volume de desapropriação. Os outros dois são bem mais em conta.

Aqui *(mostra na imagem)*, temos só uma projeção do traçado intermediário, que é o que nos foi solicitado. Eu também tenho esse traçado intermediário mostrando a área que ele foge do loteamento. Nós nem desenvolvemos aquele traçado em vermelho, até por que, ficou subentendido nas reuniões que deveríamos obedecer a esse traçado intermediário.

A parte da apresentação técnica seria tudo isso aqui que nós temos. Eu vou passar um filme pequeno para que vocês possam ter uma ideia do que é a concepção do projeto de acesso ao novo aeroporto.

*(Procede-se a exibição de um vídeo da concepção do novo traçado do Aeroporto Internacional Hercílio Luiz.)*

Deputado, eu só queria fazer uma observação. Quando ele falou que segue em pista simples até o aeroporto, daquela grande rótula até a rótula segunda ali, nós vamos entrar com ela duplicada também. Vocês podem ter observado no filme, essa linha branca que aparece ao lado são os passeios e as ciclovias, um pouco antes, ela apareceu aqui, do lado esquerdo. Nós transportamos toda essa ciclovia e a calçada para o lado direito, porque a futura ampliação, que a gente já vai deixar como área demarcada, a duplicação se dará pelo lado esquerdo, por isso, já transferimos a calçada e a ciclovia para o outro lado.

Bom, Deputado, a nossa apresentação encerra com esse vídeo.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Eu só queria fazer uma pergunta para o senhor, para esclarecer, depois vamos abrir para as manifestações. Nos lotes que estão em execução, qual é o prazo de conclusão? E, a partir do momento em que se tenha a licença ambiental, do traçado intermediário, que se tem a discussão do licenciamento, qual é o prazo que o Deinfra tem para a execução dessa etapa?

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Bom, os trechos que estão em execução, nós temos a intenção de encerrá-los até janeiro de 2017. Todos os três lotes que estão em andamento. Esse intermediário, enquanto não houver a definição do local do traçado, eu não tenho nem como responder para o Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Mas a partir do momento que tenha a licença desse novo traçado, quanto tempo seria necessário?

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Eu preciso de pelo menos três meses para desenvolver o projeto. O projeto não foi

desenvolvido, é o menor trecho deles, mas eu acredito que doze meses, quinze meses se consegue executar a obra.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Beleza. Obrigado, Ferrari, que já nos deu um panorama inicial. A minha sugestão para os senhores, até por que temos uma discussão principal que é a questão do licenciamento dessa área, é de passarmos a palavra para os órgãos ambientais fazerem uma explanação inicial, rápida e, logo em seguida, vamos abrir para os representantes da comunidade, que já estão inscritos, e que têm uma apresentação em *slides* para passar.

Com a palavra o senhor João Pimenta, Procurador-Geral da Fatma, para falar pelo órgão ambiental que é o responsável pelo licenciamento.

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Obrigado, Deputado Gean. Boa noite a todos. Em nome da Fatma, nós estamos aqui, principalmente para esclarecer à população qual o papel da Fatma, o que a Fatma já fez nesse processo de licenciamento, e o que a Fatma pode e irá fazer daqui para frente.

Primeiro deixar bem claro, por exemplo, o gerente do Deinfra, o Ferrari já colocou, mas para esclarecer basicamente como é que esse licenciamento ambiental tem sido feito e conduzido dentro da Fatma. No momento, as obras do aeroporto estão sendo licenciadas na Fatma em três projetos diferentes. Um, é o processo do primeiro acesso do aeroporto, que vai ali da ponte até a entrada do Estádio do Avaí. Desse processo, já existe uma licença de instalação, inclusive o Deinfra está fazendo a obra. A segunda parte do licenciamento do complexo do aeroporto é essa licença do trajeto do Estádio do Avaí até o terminal aeroportuário, até onde vai ser o novo aeroporto. Dessa licença o Deinfra já tem a licença, porém por motivo que o Deinfra já explicou, ele decidiu parte dela apresentar um novo projeto de traçado. E a licença do aeroporto propriamente dito, que também já tem licença de instalação. Ou seja, todas as obras que foram solicitadas na Fatma, por parte do Deinfra, foram já licenciadas dentro do prazo.

Algo que a gente gostaria de deixar claro para a população, desde a época que eu estou, que eu iniciei na Fatma, quando o Gean era Presidente, é que a Fatma dá prioridade, dentro do licenciamento ambiental, às obras de governo e de interesse do Estado. Muito se fala sobre que às vezes demora o licenciamento na Fatma, mas há de se deixar claro que, dentro desse processo de licenciamento, a Fatma respeitou todos os prazos que ela tem para conduzir dentro do processo de licenciamento ambiental.

No ano passado, se eu estiver enganado o Ferrari me corrija, foi pedido à Fatma uma alteração no trajeto, pela razões que ele já colocou. Essa alteração do trajeto passou a ser licenciada pela Fatma e a Fatma encaminhou esse segundo trajeto ao ICMBio, que é o órgão federal responsável pela Unidade de Conservação da Reserva, para se manifestar, favorável ou não, ao licenciamento do local. Algo que, dentro do licenciamento, a lei obriga que nos casos em que há intervenção próxima de uma unidade de conservação, seja ela municipal, estadual ou federal, o órgão gestor da unidade precisa se manifestar. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*]

Dentro desta mesma legislação, nós temos hoje duas leis, uma que obriga o órgão ambiental gestor a autorizar o licenciamento, além das unidades de conservação. E temos uma outra lei, que é a Lei Complementar 140, que diz que o órgão gestor da unidade de conservação pode se manifestar a respeito do processo; e o órgão licenciador pode conduzir ou não acatar. Algo que nós, no Estado, preferimos não fazer, porque isso é uma grande dúvida jurídica - e se o ICMBio não for favorável? será que a Fatma vai conduzir? - e algo que ninguém quer é judicializar um processo de licenciamento.

Então o Deinfra acatou a recomendação do ICMBio nesse segundo trajeto, de não conceder autorização. E o Deinfra, dentro dessa ação judicial que nós estamos conversando, discutindo, está elaborando um acordo junto com o Ministério Público para fazer esse terceiro trajeto. Que é algo que vocês, Ferrari, se não me engano já concordaram em propor esse terceiro trajeto dentro do processo.

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Aquele trajeto intermediário sim, numa reunião que nós tivemos com o ICMBio lá na presidência do Deinfra, ficou acertado que nós desenvolveríamos o projeto por ali. No entanto, a comunidade solicitou ao presidente do Deinfra uma reunião no nosso órgão; nós chegamos, escutamos as ponderações deles, que eu acredito que serão as mesmas que eles irão apresentar aqui para vocês nesta noite, e naquela reunião ficou decidido e estabelecido que nós teríamos uma audiência com o Juiz federal, doutor Marcelo, e essa reunião aconteceu.

Nós explicamos para o doutor Marcelo o que o Deinfra estava fazendo, a comunidade explicou o que estava fazendo, e naquela

reunião ficou definido pelo doutor Marcelo que ele convocaria uma nova audiência de conciliação, ele pediu um prazo, até o final de abril, para fazer essa audiência de conciliação.

Para nós, que tínhamos o assunto como encerrado, não fomos pegos de surpresa, mas o que tínhamos acordado com o ICMBio era de nós fazermos aquele traçado intermediário. Mas, baseado nessa informação e na solicitação dessa audiência de conciliação, nós estamos só no aguardo agora.

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Por que eu quis colocar tudo? Para deixar claro para vocês da comunidade como é que funciona o papel da Fatma. Nesse momento a Fatma está aguardando a posição do Deinfra, de que forma nós devemos continuar o nosso processo de licenciamento ambiental. Seria nesse terceiro traçado a ser estudado, ou avançar, pedir uma reconsideração, conversar com o ICMBio para ver se existe a possibilidade de se chegar a um consenso para fazer o traçado naquele segundo plano que foi apresentado e até o momento não foi autorizado.

O que a Fatma quer? A Fatma vai licenciar o processo e, para evitar que o Judiciário diga como que deve e como que não deve, porque nesse quesito se a gente deixar o Judiciário decidir a respeito de onde deve ser ou não o traçado, vai demorar no mínimo cinco a seis anos para a gente terminar um processo judicial. Então acho que se deve trabalhar para ter um acordo e fazer algo que seja bom para a sociedade e também bom para o meio ambiente, porque a gente não pode esquecer que ali tem uma reserva ecológica, uma unidade de conservação.

Era isso, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado, acho que aos poucos vai começando a esclarecer, para depois acompanhar.

Passo a palavra para o senhor Martin Rodacki, Procurador Federal representando o coordenador do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), senhor Daniel Guimarães Bolsonaro Penteado.

**O SR. MARTIN RODACKI** - Boa noite a todos.

Me foi passado pelo coordenador da regional do ICMBio para representá-lo aqui hoje, além de passar informações atualizadas da parte da autarquia a respeito do licenciamento. O que hoje tem de pendente de ICMBio é também receber os estudos ambientais para a alternativa que for definida pelo empreendedor, que é o Deinfra.

O ICMBio também já autorizou um traçado que foi licenciado; e um segundo traçado foi negado, por questões ambientais. Então atualmente a postura do ICMBio é de aguardar o processo de licenciamento e se manifestar dentro do prazo legal. A questão da localidade da unidade de conservação já foi esclarecida pelo João e também pelo Deputado, então acho que não tem necessidade de a gente repetir.

Mas o que tem de pendente no ICMBio é receber os estudos ambientais e avaliar esse traçado que for decidido pelo Deinfra. Essa é a postura atual da autarquia.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Como ainda haverá muitas perguntas e dúvidas, primeiramente vou passar para as duas entidades que irão representar a comunidade aqui, para começarmos a ter o contraponto por parte da comunidade.

Passo a palavra para o senhor Maikon Costa, presidente da Associação de Moradores do Bairro Carianos (Amocar), diretor de planejamento do Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha (Codesi) e coordenador da Comissão Especial para tratar de assuntos da Mobilidade Urbana.

**O SR. MAIKON COSTA** - Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar os representantes da mesa, principalmente o Deputado Gean, por ter chamado essa audiência tão importante, além dos demais integrantes.

Gostaria de ressaltar aqui que, dos quatro Vereadores do sul da Ilha, faltou somente um, apenas o Vereador Katumi não está presente. Talvez o quórum desta audiência tenha sido menor por conta de um problema bastante grave que está ocorrendo na comunidade de Carianos, que está há quase dez dias sem fornecimento de água, um bem tão necessário.

Quería dizer para vocês que o meu envolvimento na Associação de Moradores do Carianos, e a minha labuta comunitária começou justamente pelas questões do novo acesso do aeroporto. A maneira como eu enxergava esse novo acesso e os impactos para todo o bairro. Não só para aqueles que têm propriedade naquela região.

Mas também vale ressaltar que essa questão foi muito bem colocada, até no anúncio do Codesi a gente mudou o título. Estava lá: novo acesso do aeroporto. E na verdade esse não é o novo acesso do

aeroporto, é o novo acesso ao sul da Ilha, de todo o sul da Ilha. Tem comunidades da Tapera, tem representantes do Pântano do Sul, Armação e outros bairros do sul da Ilha. A gente alterou até para corroborar, para tentar chamar mais gente para essa situação.

*(Procede-se à exibição de imagens)*

Eu vou fazer uma apresentação bem breve do Codesi, que é o Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha, que aglutina várias entidades comunitárias e da sociedade civil da região do sul da Ilha.

Assim como nós temos o Codeni, que é representado pelo Milton Weber, e o Codecon, que é do continente. O Codecon é o caçula dos irmãos; o Codesi era o mais novo, mas agora somos o irmão do meio. Quero aproveitar que estou aqui representando a presidente, Silvia Simioni, que não pode comparecer.

O Conselho trabalha com prioridades. A gente faz reuniões e grupos de trabalho para tentarmos entender quais são as prioridades do sul da Ilha.

Aí são algumas reuniões. O Conselho está começando a surgir agora, então a gente está iniciando. Essas reuniões são geralmente com lideranças, com os presidentes, vices, membros das associações de moradores de cada Bairro ou da entidade civil. Por exemplo, a Seove, não é uma associação de moradores, mas sempre manda um representante às reuniões do Codesi.

Aqui estão as prioridades. Entre as prioridades, uma delas é a questão da mobilidade urbana, que tem tudo a ver como esse novo acesso ao sul da Ilha.

Isso aí é uma situação em jogos do Avaí, como o sul da Ilha e Carianos sofre com a falta de acesso ao sul da Ilha.

A gente fez algumas reuniões para tratar desse assunto, também para tratar de transporte coletivo em dias de jogos. Então a gente vem fazendo vários trabalhos em relação a isso. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Aí com o Secretário de Mobilidade Urbana.

Bom, antes de passar para o Ike, eu queria falar um pouquinho da Amocar, da qual estou presidente - o Ike é vice-presidente e também coordenador das questões ligadas ao aeroporto.

A Amocar faz parte do Conselho da Resex e tem se colocado sempre muito no trabalho de fiscalização de invasões irregulares da Resex, da Reserva Marinha da Costeira do Pirajubaé. Só no ano passado foram doze tentativas de invasões à Resex e nós agimos com energia, na vacância do Poder Público, exigindo que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano executasse sua função, inclusive para retirar pessoas que já tinham ocupado o espaço público ou a Área de Preservação Permanente. Então nós somos, sim, a favor das questões ambientais.

Mas nós também ficamos com os grandes impactos dessa nova obra do aeroporto ao sul da Ilha. Um deles é esse impacto que a gente está tendo da Casan. Por quê? Porque foi mudada uma adutora original... Eu queria só abrir um parêntese: nós temos aqui o superintendente da Casan e o gerente regional Marcelino, sempre com um canal aberto com a gente, estão sempre disponíveis. Converso com o Lucas, nós conversamos às 2 horas da manhã nesses últimos dias, pelo WhatsApp ou por outros mecanismos. Eles estão sempre atendendo a gente, mas eu sinto que eles não têm ferramentas para trabalhar! *(Ri.)*

Infelizmente eu fico até preocupado, porque uma obra dessas, em que eles substituíram uma adutora, gera impacto no meio ambiente. A gente está aqui na Comissão de Meio Ambiente, Deputado, e eu acho que seria interessante até fazer esse processo de fiscalização, porque a humanidade nunca viveu sem água, mas sem luz, sim. Então a água é um bem essencial, e essa adutora foi mudada de um lado para o outro, mas ela não é suficiente para atender a comunidade de Carianos. Esse é o primeiro impacto de muitos que não chegam e não tem publicidade para vocês. Nós temos lá caminhões que destroem ruas e temos que correr atrás dos reparos dos buracos, temos também o aumento da criminalidade local. Sempre quando tem obras tem muita gente circulando no bairro e a criminalidade aumenta, tem uma série de efeitos. A gente sempre fez também um trabalho de tentar minimizar os impactos, mas isso eu vou deixar para outra oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Eu não quero cortar, mas já se passaram quase sete minutos.

**O SR. MAIKON COSTA** - Me oriente porque eu não tenho noção de tempo, vou finalizar agora então.

*(Mostra foto.)* Isso aqui é só uma imagem ilustrativa, mas recentemente na área que está embargada nós tivemos algumas invasões de haitianos e de senegaleses que tivemos que combater também.

Eu queria deixar aqui uma reflexão sobre a quem interessa que as áreas, que são propriedades privadas - 100% delas nessa parte do Loteamento Santos Dumont são constituídas por escritura pública, registro no cartório de imóveis, com parecer do Ministério Público estadual de 1998 que garante que essa área é possível de comercialização -, eu gostaria de saber de quem é o interesse para que essa situação não ande ou tenha algum tipo de judicialização. Porque vocês podem ter certeza, essa obra não vai sair se o traçado for o que o Ministério Público quer. Nós só queremos saber: por que o Ministério Público, que é advogado do povo... qual interesse o Ministério Público tem? Que essa obra não saia no traçado vermelho, mais do lado de lá?

*(Palmas.)*

*(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Vergonha!")*

Alguns interesse tem.

Eu acho que a vida é muito curta para gente ficar preso em congestionamentos. A gente deveria, e logo, tomar as providências em relação a essa situação do novo acesso do sul da Ilha. É bem isso, porque a gente tem que considerar que o ser humano também faz parte do bioma, também faz parte do meio ambiente. E vocês podem ter certeza: eu citei o Andrei aqui e a Nicole, eles foram multados em R\$ 10 mil porque aterraram o seu terreno. E quando nós acionamos o ICMBio para tirar uma cerca de uma invasão irregular, o ICMBio disse que não podia fazer nada. Então a gente precisa refletir.

Para finalizar, o Rio Tavares tem dois carros lá dentro. A gente entende a falta de efetivo do ICMBio, mas quem vai cuidar dessa parte que os próprios proprietários, que compraram o seu terreno com o suor da sua labuta, não vão poder ocupar? A gente precisa fazer essa reflexão e definir logo isso de uma vez.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Passo a palavra para o senhor Luiz Henrique Bottega, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Carianos (Amocar). Agora vamos focar mais no assunto do acesso ao aeroporto, não é?

**O SR. LUIZ HENRIQUE BOTTEGA** - Isso. Vou falar enquanto a Graciela, que é presidente da Amosad, a Associação do Loteamento, localiza aqui; eu aqui estou representando a Associação de Moradores como um todo.

*(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)*

Na verdade eu só queria esclarecer a relação do loteamento, que as pessoas às vezes não entendem muito até pela própria foto mostrada *(mostra foto)*. A gente vê o Loteamento Santos Dumont, ele foi constituído em 1959. São cerca de 1.600 lotes e todos os que aparecem ali possuem escritura pública, quer dizer, são indenizáveis - isso foi o que o próprio Procurador já nos falou em reunião, que é cabível indenização daqueles lotes em que a rodovia vai passar por cima e daqueles que ficarão sem acesso, lá do outro lado. Então, como tem escritura isso é consenso entre todos.

Se vocês observarem, no nosso loteamento todos os lotes são regulares, possuem 360 metros quadrados - se vocês olharem na foto, todas as ruas são desenhadas, tem um planejamento em cima disso. Então aquela parte mais à direita que vocês veem ali, na verdade, o loteamento foi sendo estruturado da parte que é da pista, dessa parte de cá, para lá. Porque essa área foi aprovada, em 1959, como um loteamento rural - 1959, gente -, o loteador não tinha obrigatoriedade de fazer a infraestrutura. Então o loteamento foi sendo povoado dessa forma e a infraestrutura foi sendo colocada pela Prefeitura ou pelos próprios moradores nesse sentido: da esquerda lá para o mangue.

Só que, quando eu digo pelos próprios moradores, foi sempre respeitando o plano diretor. Se vocês forem conhecer o loteamento, vocês vão ver que as calçadas, os passeios, têm 2 metros, que os lotes têm 360 metros, que todas as quadras possuem o mesmo tamanho. Então, quer dizer, não tem nenhuma área invadida, como já referiu algumas vezes o ICMBio. Não existe invasão ali. Aliás, as invasões que existem, como o Maikon colocou, nós, proprietários e moradores, políciamos para que não ocorram.

Então, o que aconteceu? Nesse plano diretor, até 2013, vigorou aquela área mais extrema como área residencial e área mista de serviços. Sempre foi assim, até 2013. De 2013 em diante, por pressão do Ministério Público, a Prefeitura colocou ali uma área residencial, mas com um sobrestado de área de estudo ambiental - por pressão do Ministério Público e talvez do ICMBio. Só que a Prefeitura sabe que se ela colocar aquilo ali como área de preservação vai ter que ser paga a indenização.

Quando o engenheiro se refere ao projeto licenciado, na verdade - o engenheiro sabe disso -, a primeira ideia de traçado que se

teve foi aquele em vermelho. O senhor sabe disso, não é verdade? Por quê? Porque já era previsto no plano diretor esse traçado. E esse traçado é até hoje o único que possui Estudo Ambiental Rima feito pela Infraero, em 2005 - que nós temos, até se quiserem podemos deixar com vocês, está aqui nestes arquivos. Trata-se de um Rima que foi feito por vários biólogos, engenheiros, arqueólogos, historiadores, então foi feito por uma série de profissionais da área, no qual se optou pela questão dessa área - que até o engenheiro colocou, que a sugestão era porque protege a reserva, como o Deputado Gean colocou também, então seria a melhor opção. Mas, para nossa surpresa - nós, moradores e proprietários -, em 2012... por exemplo, ali podemos ver (*mostra slide*): teve a alternativa 2, que passa lá no meio do loteamento, mas que foi descartada; e a alternativa de lá, que é a alternativa 1, que foi o traçado escolhido. Isso foi um estudo realizado, o único estudo que existe até hoje de todos esses traçados.

Aí, o que aconteceu? Segundo o traçado da alternativa 1 seriam feitas 41 indenizações, se não me engano; considerando o valor do lote ali, vamos dizer, de uns R\$ 180 mil, dariam R\$ 7 milhões. Em 2012, tivemos a surpresa: o Ministério Público impôs que fosse feito o outro traçado, passando pelo meio do loteamento. Esse traçado, passando ali no meio, teria que se indenizar diretamente cerca de cento e oitenta e poucos lotes e outros duzentos e tantos, que ficariam para lá da rodovia, que não teriam acesso - segundo o Ministério Público, não pode ter acesso. Seriam cerca de 490 lotes indenizáveis, o que não é discutível porque a indenização é cabível, segundo o próprio Procurador federal Walmor Moreira.

Então, o que acontece? Essas indenizações subiriam de R\$ 7 milhões para cerca de R\$ 87 milhões. E nós sabemos, eu vou usar aqui uma linguagem presidencial: nós temos um país "fu" e um Estado "fu" - vocês sabem de quem eu estou falando, do nosso ex-Presidente Lula -, que não vão ter dinheiro para pagar isso. E Prefeitura muito menos, não vai ter dinheiro. Só que o seguinte: isso vai para precatórios e tal, então é uma conta que nossos filhos e netos vão receber. Eu sei que, como proprietários, um dia os netos vão receber. *[Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]*

Agora nós tivemos uma bióloga analisando e, pelo processo que existe nessa área - uma bióloga com a qual o próprio ICMBio concordou, por seu currículo que é excelente, ela é doutora no assunto de mangues -, ela colocou que esse seria o melhor traçado considerando os aspectos ambientais, sociais e até econômicos. Mas o ICMBio e em especial o Ministério Público batem o pé de que não, que se deve pagar todas essas indenizações - que ao nosso ver, da comunidade, seriam muito mais bem investidas em saneamento para essa água, porque esse mangue está uma nojeira, o rio está uma nojeira. Como o Maikon falou, o próprio ICMBio não tem condições de cuidar dessa área. Da mesma forma, já aconteceram invasões lá no Rio Tavares em 2002 e 2008, e a gente percebe que teve uma área no Rio Tavares invadida porque o ICMBio, segundo o Leôncio colocou, não consegue nem dar conta do que tem dentro da reserva.

Vale também lembrar que a reserva, na verdade, foi criada em 1992, ou seja, 33 anos depois do loteamento. Aquela área em vermelho lá é a Reserva do Pirajubaé, a área do traçado em azul é a área do Loteamento Santos Dumont. A área entre o traçado - se vocês observarem tem uma área ali entre o azul e o vermelho - não é nem da Resex, nem do Loteamento, mas mesmo assim existe essa pressão para que não se deixe construir nada. Só que alguém vai pagar essa conta. Nós, como proprietários dessa área, queremos indenização justa. Como morador do Carianos que sou, eu não quero correr o risco de ter essa área invadida, gente. Isso aí é uma área dez vezes maior que o Chico Mendes. E o Chico Mendes, para quem sabe, para quem conhece - quem é morador antigo aqui sabe -, tem um trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal que entrevista as pessoas lá e os mostra falando: "Olha, nós viemos aqui da noite para o dia, montamos barracas e tudo", e não saem mais! Hoje as invasões estão sendo contidas por nós! Nós estamos indo lá e com métodos bem convincentes, se é que me entendem, vamos expulsando essa galera - que no futuro, se não nos derem o direito de propriedade que temos, vão tomar conta! Nós vamos criar um bolsão de miséria que, aí sim, vai invadir a favela! Podem ter certeza disso!

Como cidadãos não queremos isso e também não queremos esse gasto absurdo, ridículo, de milhões a mais e que não se tem como pagar. O mais estranho é que quem invadiu terrenos em outras áreas vai ser indenizado e não se questiona isso. Áreas como aquela verde, bem grande, que tem no meio do loteamento e que no plano diretor era de até dois andares, foi mudada para seis andares! E

ninguém fala nada, não tem Ministério Público que fale nada! Acho estranho isso. A quem interessam seis andares ali? Só ao proprietário do terreno.

Então, gente, o que pedimos como moradores que somos é serenidade. E parece que existe uma briga pessoal de um Procurador federal com a pessoa que comprou ali vários lotes. Só que nós somos proprietários como qualquer outro. Então aquela área ali tem dono, tem escritura pública, vai ser indenizada, e quem vai pagar a conta são vocês. (*Palmas.*)

Convido a senhora Graciela Fernandez, presidente da Associação dos Moradores Recreio Santos Dumont (Amosad), para continuar a apresentação.

**A SRA. GRACIELA FERNANDEZ** - (*Exposição em portunhol. Tradução nossa.*) Boa-noite. Quero saudar toda a mesa, primeiramente. (*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

O que me falta agregar é que nós temos documentos que comprovam a legalidade e a titularidade de todo o loteamento, ou seja, tem um processo judicial onde foram chamados praticamente todos os órgãos - a Fatma, o Deinfra -, só que as associações não foram convocadas e está se decidindo o destino de toda a área, que é uma coisa que o Procurador Walmor está considerando crime ambiental de um proprietário que tem bastantes lotes, e ele está querendo modificar toda a área como Área de Preservação Permanente.

Nossa área, até 2013, foi como bem explicou o Henrique: uma área residencial exclusiva, que preservaria totalmente todo o entorno da Resex. E a área de transição pode ser definida depois que a Resex entre com o próprio plano de manejo, que é uma situação que ainda não aconteceu.

Como conselheira da Resex, estamos muito preocupados com a possibilidade de invasão se for aprovado o novo traçado, o que neste momento o Deinfra está estudando. Vai ficar muito fragilizada toda essa região.

Então realmente é um apelo ao Deputado Gean, à Comissão de Turismo e Meio Ambiente, porque nós entendemos e o ICMBio nos explicou que eles têm que dar um parecer ambiental, só que esse parecer ambiental não pode fragilizar uma área. Isso é uma coisa muito importante.

Fazemos um apelo para que realmente se envolvam e se respeite o traçado que já estava preparado no Rima. Chamo a atenção - só um tema a mais - para o fato de que se for modificado esse traçado de maneira tão importante, porque são muitas propriedades afetadas, teria que ser feito novamente todo o ritual do Rima, porque o Rima estaria modificando muito. Precisaria outra vez de audiência, precisaria de outro Estudo de Impacto Ambiental, etc.

Então sugerimos isso para a Comissão de Turismo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado, Graciela. Nós vamos encaminhar então. O Maikon vai fazer a entrega de um documento agora. Por gentileza.

**O SR. MAIKON COSTA** - Deputado, o lke se esqueceu de falar que nós temos um documento no qual deliberamos essa posição da Associação em relação ao traçado vermelho. Não é uma posição minha como presidente, nem de outro diretor, mas é assinada por vários moradores.

*(O senhor Maikon Costa procede à entrega de documento ao Presidente Gean Loureiro.)*

Ela corrobora, na verdade, um documento de 2013 que várias entidades do bairro assinaram: o seu Otávio ainda era presidente da Amaprisc, ele assinou esse documento; a Graciela já era presidente da Amosad; o diretor do colégio também, o senhor Sérgio, assinou; o pessoal do Loteamento Jardim Califórnia também assinou e do Santa Rita, com todas as entidades de moradores do Carianos. A gente defende esse traçado vermelho. Então essa é uma posição praticamente unânime de todos os moradores do Carianos. Esse é o original, vou pedir que tirem uma cópia para deixar com o Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Eu vou pedir um favor. Não sei se isso está dirigido à Comissão de Turismo ou é só uma cópia de um documento dirigido a quem?

**O SR. MAIKON COSTA** - É a cópia de um documento, na verdade essa é a ata. Nós podemos...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Para nós deliberarmos na Comissão, se vocês puderem, encaminhem à Comissão a cópia dessa ata de aprovação pedindo um posicionamento da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e da Assembleia Legislativa sobre o tema, a favor do que solicitam. Porque, ato contínuo, o que a Assembleia pode fazer? O nosso papel aqui, primeiro, é de intermediar,

abrir o canal de conversação - e eu tenho que agradecer à Fatma, ao Deinfra e ao ICMBio, que estão aqui dispostos a conversar. Eu acho que é uma oportunidade que não se tinha há algum tempo, eram sempre conversas individuais. Aqui é uma conversa coletiva.

Chegando esse documento - posso falar por mim, a minha posição vocês já sabem -, nós vamos deliberar na Comissão de Turismo e Meio Ambiente um requerimento para ser aprovado em plenário, pelos quarenta Deputados, que seria uma posição da Assembleia Legislativa encaminhada ao Deinfra, à Fatma, ao ICMBio, à Justiça Federal e ao Ministério Público Federal, defendendo essa posição. Se houver entendimento da Comissão - e acredito que vou fazer um relato e há muitos Deputados aqui representados -, a gente vai ter esse posicionamento.

Dando continuidade, então, se puder ter formalizado, para gente fica um documento mais... se puder fazer essa gentileza?

**O SR. MAIKON COSTA** - Nós vamos fazer agora. Enquanto eu acompanho, vou pedir para alguém confeccionar o ofício...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Nós já temos reunião amanhã, às 11 horas, e já deliberamos amanhã de manhã.

Ato contínuo, dizer para vocês o seguinte: nós aqui vamos ter a oportunidade de ouvir rapidamente mais algumas manifestações; vou passar ao ICMBio, se houver o entendimento de que é possível fazer isso; e como o Ferrari já colocou, nessa discussão ainda não existe acordo do governo do Estado com o Ministério Público Federal sobre o traçado - nem no traçado intermediário existe acordo para isso.

*(O senhor Carlos Alberto Ferrari manifesta-se fora do microfone: "Não foi apresentado ainda.")*

É, segundo me corrige aqui o Ferrari, ainda não foi apresentado. Para isso vai haver uma audiência de conciliação que o doutor Marcelo Krás Borges vai agendar - ele sai de férias aparentemente por um período, no final de abril -, na qual vamos nos dispor a estar presentes, após a deliberação do posicionamento da Assembleia, defendendo o posicionamento da Assembleia, que eu acredito que será o mesmo da comunidade, que é tentar nessa conciliação chegar a um denominador comum.

*[Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato][Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]*

A Fatma colocou bem, muitas vezes ela tem o desejo de licenciar de uma forma, mas se não tiver o aval do ICMBio essa licença é muito frágil e possível de ser questionada a qualquer momento e de ser suspensos os seus efeitos.

Então nós não queremos aqui também um embate com o ICMBio. Nós queremos buscar um embasamento técnico para contrapor o posicionamento dos técnicos do ICMBio, trazendo o lado social, o lado do desenvolvimento e buscando quem sabe uma definição do traçado. Já tem três traçados, e o Deinfra também não pode ficar pagando para fazer um projeto de cada definição, tem que ter uma decisão final. E o Estudo do Impacto Ambiental, que é mais caro, tem que ser após a definição de um acordo entre as partes.

Portanto, eu acredito que esta audiência vem num bom momento de poder trazer mais informações à comunidade. E também temos aqui a representação do ICMBio, que vai levar ao seu Superintendente Daniel Penteado, assim como a Fatma, o João Pimenta já esclareceu, e aos demais integrantes, o posicionamento muito claro do que se deseja e dos contrapontos ambientais, e o Estado tem que participar diretamente disso porque ele é o responsável pela execução da obra.

Acho que nós temos que ter um mecanismo de demonstrar para o Ministério Público - que não delibera sozinho, ele tem um posicionamento e tem um papel de defesa ambiental, e a gente respeita isso - que tem todo um contexto, como a Associação aqui falou, de que o ser humano também faz parte do meio ambiente. Então você não quer prejudicar nem um nem outro, porém a gente quer chegar num termo em que possa preservar mais. Esse é nosso papel e esse é nosso verdadeiro objetivo de encaminhamento.

Então, se me permitem os representantes do ICMBio, da Fatma e do Deinfra, nós vamos passar para mais cinco manifestações dos membros da mesa, e logo em seguida vamos pegar o posicionamento de vocês para ter um deliberação da nossa audiência.

Eu vou consultar inicialmente os integrantes da mesa. O representante da Infraero deseja fazer o uso da palavra?

Então, vou passar a palavra ao senhor Ricardo Diestel May, coordenador de Comunicação Social da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

**O SR. RICARDO DIESTEL MAY** - Quero falar só para os senhores terem uma ideia de como está o processo de concessão do aeroporto de Florianópolis.

O processo está andando, e para minha surpresa - porque em geral essas coisas de governo sempre demoram - é um processo que está indo muito rápido, eles estão cumprindo o cronograma. O que tem uma coisa a ver com a outra? Foi feito um estudo de viabilidade da construção do aeroporto, ele está pronto, e esse estudo já foi encaminhado para as empresas interessadas e já foi aberta a fase de visitação. A abertura da fase de visitação também foi outra surpresa - dentro desse lote do governo nós temos aeroportos, como eu diria, filé, como Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Florianópolis, que é nosso aeroporto, mas financeiramente de movimentação de passageiros e carga é o mais fraquinho do pacote -, mas nós tivemos muitas visitas e o que nos surpreendeu foram grupos internacionais de um aporte financeiro muito grande.

A gente não pode divulgar as empresas, mas todas elas, sem exceção, nos procuraram e começaram a fazer inúmeras perguntas, principalmente em relação às questões ambientais. Elas já vinham com várias informações sobre o acesso e estavam muito preocupadas com o fato de esse lote do acesso não estar sendo desenvolvido de uma forma que a gente conseguisse enxergar, em curto prazo, como sendo resolvido. O que acontece? O governo federal vai botar esse pacote de concessão na praça até o final do 1º semestre deste ano.

Então eu, como empreendedor internacional, se pegar o histórico da cidade de Florianópolis - e a gente vê o empreendimento como a Ponta do Coral e outros tantos por aí - sinceramente vou ficar com muito medo de investir dinheiro num aeroporto que de repente as pessoas não têm como chegar lá.

Portanto, isso tem que caminhar para que se tenham interessados em fazer o lance para a aquisição do aeroporto. Era isso.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado, Ricardo, pelas explicações que corroboram com a preocupação que já havia alertado no início, só que agora você colocou de maneira oficial e transparente do que foi dito aqui.

Passo a palavra para o senhor Coronel PM José Norberto de Souza Filho, Comandante de Policiamento Militar Rodoviário (CPMR/SC).

**O SR. CORONEL PM JOSÉ NORBERTO DE SOUZA FILHO** - Primeiro eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e também ao que foi apresentado pelo Mário sobre a mobilidade urbana.

Queria esclarecer que uma das preocupações que a rodoviária tem com relação aos moradores do sul da Ilha é envidar esforços para que os senhores tenham uma condição melhor de mobilidade urbana, dentro daquilo que a infraestrutura nos permite.

Vocês são testemunhas, as fotos estão aqui e deixaram bem claro que em dias de grandes eventos como os jogos do Avaí e outras situações no sul da Ilha, que nós fizemos aquilo que a infraestrutura, o efetivo e as condições nos permitem para facilitar os deslocamentos de ida e de vinda das pessoas.

O sul da Ilha tem uma infraestrutura que ainda está se modernizando, mas ainda não comporta todo o fluxo de veículos que nela circula. Temos operações pela manhã no sentido único, que são as reversões que a gente faz. Que fique muito bem claro que nos jogos do Avaí a Infraero sofre muito com relação ao acesso do aeroporto, assim como os moradores do bairro Santos Dumont, do Carianos, e de quem vai à ressacada em busca de um evento, principalmente em dias de jogos.

Então, se não fossem realizadas essas intervenções em dias de jogos, por mais que gerem dúvidas, pois prioriza quem vai para o jogo do Avaí em detrimento de quem vai para o aeroporto ou quem quer ir para casa. Na verdade, ninguém teria a vida facilitada seja quem vai para o jogo, quem vai para o aeroporto, quem vai para o Santos Dumont e para o Carianos se não fossem as intervenções. Aquelas intervenções de sentido único buscam permitir que todo aquele espaço possa acontecer, que quem quer ir para o aeroporto consiga chegar, quem quer ir para o Santos Dumont, para o Carianos e também para os jogos do Avaí consigam chegar.

Não podemos esquecer que somos uma Capital turística que vive de eventos, e quando eles acontecem nosso maior esforço em termos de Polícia Militar Rodoviária é conciliar a circulação dos moradores com as pessoas quem vêm de fora para os eventos que acontecem na cidade.

Então, o esforço da Polícia Rodoviária é esse. E a nossa angústia, assim como o Deinfra, é de ter de uma vez por todas solucionada parte da infraestrutura, que se não for resolvida como um todo pelo menor vai melhorar e muito a vida de quem aqui mora, de quem aqui busca diversão, entretenimento, e principalmente com relação à situação da mobilidade urbana em dias de eventos como os

jogos do Avaí, que levam ao campo uma quantidade muito grande de veículos, de pessoas. E se não tivermos acesso vamos continuar com as dificuldades de mobilidade seja para os moradores, ou seja, para os eventos.

Essas inversões que a gente faz requerem logística de pessoal e de viaturas, mas elas têm risco. O morador local sabe mais ou menos como funcionam as inversões, mas, até por ser uma Capital turística, nós temos muitas pessoas de fora circulando, e numa dessas inversões alguém desavisado pode se meter a circular no sentido contrário. Essa inversão de pista a cada evento que se faz é uma preocupação nossa por ter esse risco, não tem como ter 100% de segurança. Mas sem essas intervenções não seria possível realizar os eventos, e principalmente fazer com que os moradores do Carianos e do Santos Dumont pudessem ter uma condição melhor de chegar cedo às suas casas.

Então eu gostaria de trazer esse esclarecimento para que vocês pudessem entender a participação da Polícia Rodoviária nessas situações de mobilidade urbana.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado, Coronel.

Passo a palavra para o senhor Marco Aurélio Floriani, presidente do Floripa e Região Convention & Visitors Bureau.

**O SR. MARCO AURÉLIO FLORIANI** - Boa-noite, Deputado. Queria primeiro parabenizá-lo pela iniciativa e agradecer pelo convite. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza][Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

A gente fala em nome do *trade* [estratégia de marketing] do Fortur, do Fórum de Turismo de Florianópolis. A preocupação que a gente tem com relação ao descaso, não sei se seria correto falar esse termo, mas nós estamos falando há quantos anos do mesmo problema! Há quantos anos está se discutindo as mesmas coisas e não se resolve esse problema! O novo terminal do nosso aeroporto Hercílio Luz, que se fala em internacional, era para ter sido inaugurado em 2004, um projeto que era para estar pronto, executado, em 2004. Nós estamos em 2016, Deputado, e ainda estamos discutindo que talvez tenhamos uma privatização, que talvez tenhamos uma via de contorno que vai atender todo o sul da Ilha. Não irá atender o aeroporto Hercílio Luz; irá atender toda a comunidade do sul da Ilha, que hoje se sente prejudicada e é prejudicada em função do problema de congestionamento, de mobilidade para o sul da Ilha.

Eu quero deixar um dado, Deputado, que muitos não sabem, do impacto de um evento, de um grande congresso que vem para Florianópolis, como o Congresso Brasileiro de Oftalmologia, o Congresso Brasileiro de Psiquiatria, de Reumatologia, que deixam, em uma semana, em Florianópolis de R\$ 12 milhões a R\$ 20 milhões. Quanto isso causa de impacto na economia da cidade? Quanto isso causa de impacto na economia do Estado?

Floripa sai para captar esses eventos, mas nós estamos perdendo eventos, Deputado, em função do nosso aeroporto. Hoje, para um evento, as pessoas não vêm só porque a cidade é bonita, porque tem praias bonitas ou porque tem o Centro de Convenções. Nós temos que apresentar todo um dossiê da cidade, relatando o número de voos, a capacidade de circulação do aeroporto, acesso, mobilidade. Então, tem uma série de pré-requisitos que temos que apresentar para poder receber esses eventos.

Se formos comparar a nossa cidade com as principais cidades do Nordeste, que é para onde estamos perdendo muitos eventos, infelizmente hoje o nosso aeroporto é um problema sério para a vinda de eventos para Florianópolis.

Queria registrar isso para os senhores saberem da importância que é resolvermos de uma vez por todas esse problema do aeroporto. É um absurdo que a gente esteja ainda em 2016 discutindo um assunto que há anos viemos discutindo.

Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - São importantes esses depoimentos para entendermos a importância da obra e a necessidade de termos uma definição que ajude a todos.

Passo a palavra para o Coronel PM Waldyvio da Costa Paixão Junior, Vereador de Florianópolis/SC, Vereador Paixão, para falar em nome dos senhores Vereadores presentes.

**O SR. VEREADOR CORONEL PAIXÃO (Florianópolis/SC)** -

Boa-noite a todos. Deputado, eu cheguei aqui em 1988, aspirante, eu era o Comandante do Corpo de Bombeiros do aeroporto e já se falava da necessidade de ter um novo terminal e de o aeroporto virar internacional, nós tínhamos poucas viaturas para atender a questão do contra incêndio ali.

Passados 27 anos, nós chegamos ao ponto de termos a licitação para ser feito o novo terminal e também o acesso. Para fazer um humor negro, por sorte ou por azar quem ganhou o terminal também ganhou o acesso e não fez nenhum dos dois, porque nós estávamos com a seguinte situação: poderíamos ter o terminal e não termos o acesso, e o pessoal poderia acessar tranquilamente ou de helicóptero ou pelo Rio Tavares, que é bastante tranquilo, não é Vereador Lelo, Célio João, Sandrini? Seria pegar um atalho pelo Rio Tavares para chegar ao terminal. Mas a incompetência da empresa foi tão grande que nenhum dos dois ficou pronto e nós ficamos com o problema de novo para ser resolvido.

É bastante importante, eu posso falar porque a minha irmã é do ICMBio e o meu cunhado é do Ibama, eu gostaria do apreço desses órgãos ambientais, porque é muita gente falando com os Vereadores aqui do sul da Ilha. Carianos sofre com a questão da consequência da obra, estamos sofrendo com o problema da água, a questão dos caminhões. Mas no sul da Ilha todos sofrem por não conseguir chegar ao centro. Todo mundo está preso pelo Rio Tavares. Vai ter o elevado do Rio Tavares, mas a gente sabe que não vai resolver, e também não está caminhando.

A nossa situação, alguém falou disso, mas eu gostaria que os órgãos ambientais, o próprio Procurador e o Deputado Gean pudessem fazer um encaminhamento com a bancada dos Vereadores do sul da Ilha, para que aquelas vaidades... que para mim, falando sem ofensa a ninguém, existem vaidades e problemas pessoais. Ora, se eu tenho algum problema com alguém e esse alguém não está correto, isso tem que ser resolvido de forma legal. Eu não posso prejudicar toda uma comunidade, como disse o Henrique, pagar uma indenização de 80 milhões porque eu quero acertar fulano de tal que está no meio. Se eu quero acertar alguém que está no meio, eu vou lá e pego aquele que está no meio e eu respondo por aquilo que eu estou fazendo. Agora, o que está muito claro, ninguém que mora ali tem dúvida, que o primeiro curso, o vermelho, não pega ninguém, protege a reserva, não tem indenização, evita a invasão. Então, o que está faltando para iniciar isso?

Deputado, além de todos os encaminhamentos, das reuniões com o Procurador e desta audiência de conciliação que é importante, seria muito importante um dia pegar todas essas pessoas que estão em poder para resolver esse acesso. Eu acho que o Marcelino pode me ajudar, às 8 horas da manhã, a organizar uma comitiva para passar pela base aérea e tentar chegar ao centro, para as pessoas sentirem o que é. Entendeu? Por que nós no Carianos temos todos os problemas de impacto, mas nós em oito minutos estamos no centro, e vamos estar muito mais rápido quando estiver duplicado. Mas o restante do sul da Ilha, com exceção a medidas paliativas, como a de alguns que conseguem passar pela base e o próprio ônibus da Tapera, o restante todo mundo todo dia fica uma hora na fila.

Então, eu gostaria mais uma vez, Deputado, que a gente pudesse fazer esse encaminhamento, porque é muito fácil do gabinete dizer que tal situação pode esperar mais um pouco, mas quem mora ali, o que está se perdendo de combustível, o que está se perdendo de tempo, o que está se gastando de tudo por aquele caminho é uma coisa que não tem condição, é uma coisa desumana. Pessoas doentes que tem tratamento e que ficam naquela fila, pessoas da Apae, ficam na fila porque não conseguem circular. Então, nós conseguimos, e aí a gente costuma dizer assim: nós, enquanto seres humanos, estamos perdendo para nós mesmos, estamos criando problemas que não conseguimos resolver.

Para finalizar, Deputado, até peço desculpas pela indignação, é que quem conhece o problema, quem circula ali sabe que é muito grave. Então, está na hora de quem pode decidir definir e naturalmente responder pelos ônus e pelos bônus da decisão, mas nós precisamos de uma decisão, seja qual for, mas alguém tem que definir e naturalmente responder pelos ônus e bônus daquilo que vai ter que fazer, porque a população não tem mais como suportar o que está acontecendo no sul da Ilha, que é uma coisa terrível.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Está aberta a palavra para quem quiser se manifestar.

Passo a palavra para o senhor Júlio César Sampaio Boaventura, representando o condomínio Flamboyant.

**O SR. JULIO CÉSAR SAMPAIO BOAVENTURA** - Boa-noite, tem um pessoal que mora aqui, que está aqui e tem uma dúvida referente ao acesso ao aeroporto no sul da Ilha, na Rodovia Aparício Ramos Cordeiro sentido sul da Ilha, esse acesso que vai emendar com a 405.

De acordo com a que a gente viu tem um anel viário que está passando no nosso condomínio, o Condomínio Flamboyant, e a gente

queria saber principalmente do Deinfra - porque já tem terreno ali que foi bloqueado o alvará de viabilidade, alvará de construção - a respeito dessa situação. Por que ele passa ali, sendo que a área ao entorno é toda livre? Por que o acesso está passando ali, pelo condomínio?

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Esse loteamento é aquele que é todo murado, no início da rodovia. No projeto inicial realmente isso ocorreu, só que nós já fizemos uma alteração. Nós fizemos o deslocamento do eixo. Se você pegar, vindo da Tapera, ele estava vindo reto e nós deslocamos para a direita o eixo. O futuro viaduto, porque ali está aprovado um viaduto, não pega o loteamento de vocês, porque foi deslocado para a direita.

**O SR. THIAGO SANTOS** - Sou proprietário do terreno onde ficará este anel viário. E no dia 26 de fevereiro eu entrei com a viabilidade de construção, e ela foi indeferida justamente porque esse anel passa bem em cima do terreno. Agora eu não sei se tem uma falta de comunicação entre o Estado, o Deinfra e o Ipuf.

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Isso é do Ipuf, não é?

**O SR. THIAGO SANTOS** - Isso.

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Na realidade não é uma falta de comunicação, porque nós não temos o projeto definitivo.

**O SR. THIAGO SANTOS** - É somente no caso dessa situação, para deixar bem claro. Eu sou o proprietário deste terreno, sou 100% a vítima, e fico com esse imóvel morto então?

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Você entrou com o pedido lá no Deinfra?

**O SR. THIAGO SANTOS** - Entrei.

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Você já recebeu a resposta?

**O SR. THIAGO SANTOS** - Não, eu protocolei junto com o André.

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - É, eu sei, eu me lembro. Quando tu levantaste isso e mostrou esse mapa, eu sei. Tem uma resposta nossa, não sei se foi entregue para você, mas nós já mostramos um modelo da interseção. Onde tem esse deslocamento não pega nesse loteamento Flamboyant, até porque tem uma alça de quem vem do centro, que não precisa pegar o viaduto para ter acesso à Tapera, ele usa uma alça à direita livre, ela também não pega, porque fora do loteamento de vocês tem uma rua que já é utilizada por vocês, se não me engano. Talvez eu esteja confundindo. É isso, se não me engano na frente do muro de vocês já tem uma rua. Eu me lembro de que nós deslocamos, nós fizemos uma alteração de projeto, tenho quase certeza absoluta disso.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Vamos fazer o seguinte então, para tentar encaminhar. A nossa solicitação, o Deinfra, em virtude dessa consulta de viabilidade que foi negada em função do projeto, tendo a alteração. Primeiro que já se tem uma posição oficial do órgão - não oficializada, mas oficial - de que houve um deslocamento. Então vai ter uma resposta do Deinfra, e se possível que o Deinfra possa, num pedido de recurso, encaminhar a reconsideração ao Ipuf, pois acredito que o posicionamento do Deinfra será reavaliado.

*(O senhor Thiago Santos manifesta-se fora do microfone: Inaudível.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI** - Esse documento que o Ipuf faz é aquele do Plano Diretor, que só tem as diretrizes do Plano Diretor, não são projetos detalhados. Mas eu me comprometo, estou à disposição, tu podes ir lá ao Deinfra, ali na Tenente Silveira, estou no 9º andar, e eu te mostro inclusive o projeto que fizemos a alteração e o desenho que nós já temos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Está fora, só que precisa ter a reconsideração da Prefeitura. - acho que com essa informação do Deinfra -, faça o pedido à Prefeitura, e ela vai reconsiderar. Qualquer dúvida, o Ferrari vai estar à disposição lá.

Passo a palavra para a senhora Jacqueline da Silva Bittencourt, presidente do Conselho de Segurança do Bairro Carianos (Conseg).

**A SRA. JACQUELINE DA SILVA BITTENCOURT** - Eu não sei se é pertinente ou não falar a respeito disso nesse momento, em nível de segurança, mas eu creio que tem muita gente aqui, principalmente do Carianos, então eu acho muito importante. Toda essa obra, todo esse trabalho que já começou a ser feito aqui no Carianos, e agora eu não estou falando somente como Conselho de Segurança, mas como moradora do bairro.

É um absurdo o que nós estamos passando aqui. O Carianos sofre com a maré, sofre com o problema da água. A nossa comunidade já está há dez dias sem água, já foi comunicado, já foram feitas

denúncias na televisão, na Casan, nos jornais e em todos os meios de comunicação, e nenhum Vereador do sul da Ilha procurou o Conselho de Segurança ou procurou a Associação para nos ajudar. Aqui é tudo muito lindo, falar de Vereadores, falar de a de b e de c, mas na prática não funciona. Nós estamos com falta d'água, o acesso ao Carianos, a nossa rua, aquele acesso da avenida é totalmente esburacado, outro dia tiraram a luz, estavam trocando os postes e a nossa avenida ficou completamente sem luz, nós não temos acostamento; nós sofremos com problemas de maré, porque a maré subiu de uma forma em que ninguém conseguia ir e vir.

Então é assim, no meu olhar segurança não é somente roubos e furtos; na segurança está envolvida tudo e, infelizmente, o nosso bairro sofre com o problema do aeroporto, com o problema dessas desapropriações, que são totalmente absurdas, e com problemas de jogos do Avaí.

Gente, pelo amor de Deus, eu estou pedindo, implorando para vocês, que dizem nos representar, tomarem alguma atitude. Cuidem, enxerguem a gente não somente como um bairro que irá propiciar lucro, claro que é importante ter um aeroporto bacana, é importante para gerar renda, mas nós somos seres humanos e nós convivemos com aquilo ali. Isso é um absurdo. Há doze anos eu perdi o meu pai porque uma ambulância do Samu não conseguiu chegar à minha casa porque teve um jogo do Avaí. Então não vamos olhar para o sul da Ilha e para o Carianos somente como um pote de ouro, ali tem criaturas que lutaram uma vida inteira para conseguir o seu imóvel. *(Palmas.)*

Vê se vocês têm um olhar mais caridoso, mais benevolente com todos nós. Era isso que eu tinha para falar, e que vocês fiquem com essa reflexão, porque isso não é brincadeira, vocês estão lidando com pessoas de carne e osso, que têm sentimentos e emoções. O presidente da Casan, por que ele não apareceu no nosso bairro? Ele só manda representantes, só manda técnicos; ontem nós estivemos lá com o técnico, e ele disse: "Olha, vamos colocar esse cano aqui, mas se não der a gente coloca outro." Porque já não colocam um cano que vá funcionar, ficam fazendo experiências com a nossa comunidade, isso é inadmissível. Nós estivemos ontem... moradores querendo brigar com os próprios moradores, toda hora tem que ligar para a Polícia e pedir algo para o Coronel Pontes, e eu até me sinto envergonhada de tanto que a gente pede.

Então é assim. Vê se vocês, enquanto Poder Público, olhem com um olhar um pouquinho mais caridoso, não só para pegar voto, não só para ficar como esse nosso Prefeito, que só promete e não cumpre nada. Vamos honrar a calça que veste.

Vocês desculpem a minha indignação, mas é assim: nós estamos, do aeroporto, do Carianos, no nosso limite.

Muito obrigado e boa noite. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigada, Jaqueline.

Passo a palavra para o senhor Sebastian Rosenfeldt, morador do bairro Carianos.

**O SR. SEBASTIAN ROSENFELDT** - Eu tenho uma pergunta com relação à Fatma, uma coisa que não ficou muito claro para mim com relação ao licenciamento. Esse primeiro trajeto que nós vimos, em vermelho, que é de 2008, não sei de quando que era um dos estudos, ele nunca foi licenciado porque já se percebia muita existência ou porque havia o início do licenciamento? Pois havia um EIA-Rima referente a este projeto em vermelho.

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Bom, eu não conheço o processo desde o início, mas de todo o estudo ambiental, o trajeto que foi proposto, porque dentro do licenciamento, no caso o EIA-Rima, se estudam vários projetos. O Deinfra solicitou o licenciamento propriamente dito naquele traçado planejado inicialmente porque já se antecipavam essas questões que já estão surgindo, de ser muito próximo da reserva, tem as questões ambientais que devem ser ponderadas e colocadas, então o Deinfra solicitou naquele ponto.

Então o que a Fatma faz? A Fatma licencia conforme o trajeto, porque ambientalmente não é um trajeto que tenha problemas, porque não é próximo da reserva. Mas tem questões sociais e econômicas envolvidas, eles têm a questão econômica de fazer hoje uma indenização de quase R\$ 100 milhões e as questões sociais, que são as questões das invasões.

**O SR. SEBASTIAN ROSENFELDT** - Perfeito, porque o impacto social, à sociedade não se resume ao pagamento de umas indenizações, seja o valor que for, porque foi projetado um lugar para colocar a pessoa, e depois ela será removida para habitar outro lugar, e isso é um impacto considerável.

*[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos][Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bittencourt]*

Nesse sentido, eu queria saber as alternativas que foram depois colocadas, uma vez que implica desapropriação hoje em torno de R\$ 80 milhões. Queria saber se esses dois trajetos já tem o EIA/Rima ou se encontram como alternativa nesse EIA/Rima? Se não ou se sim a Fatma solicitaria a elaboração de um novo EIA/Rima para essas duas alternativas?

**O SR. JOÃO PIMENTA** - A grande discussão é se dentro desse novo trajeto nós entendemos que deve ser feito só... Já foi feito todo o estudo ambiental do EIA/Rima do empreendimento. Então, seria feito só o estudo daquele traçado. Foi apresentado nesse segundo traçado um estudo ambiental proposto pelo Deinfra, e esse traçado não foi autorizado pelo ICMBio. Essas questões quem deve responder é o Deinfra sobre essa outra opção, porque já foi conversado com o Ministério Público, com o ICMBio, seria já um traçado aprovado, só que esse terceiro traçado seria licenciado pela Fatma.

Respondendo mais objetivamente a tua pergunta, por ser esse novo trajeto há que ser discutido dentro da Fatma se deve ou não se fazer uma nova audiência pública para verificar o que a comunidade entende em relação a isso.

**O SR. SEBASTIAN ROSENFELDT** - Eu acho que isso é indispensável, inclusive pela alteração dos impactos. Não temos como colocar um EIA/Rima para uma alternativa a, porque nunca foi discutida uma alternativa 2 ou 3. Agora, se eu voltar para uma alternativa 3, eu tenho totalmente uma redistribuição dos impactos.

Então solicito que tenha essa cautela na hora de estudar uma nova alternativa e se fazer um novo EIA/Rima com todas as consequências que haverá.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Deixa eu tentar ajudar porque eu já passei um período lá.

A legislação entende que determinada região tenha que ter um Estudo de Impacto Ambiental. Esse estudo é pré-requisito para uma série de licenciamentos. O Estudo de Impacto Ambiental realizado para determinadas regiões pode ter validade para outros empreendimentos na mesma região desde que definido se esse impacto está relacionado com o EIA já estudado.

O que eu acho importante para nós aqui, na linguagem técnica fica difícil para todo o mundo entender, é que o Deinfra já contratou três projetos de traçado, isso tem um custo para o Estado. Existe o estudo ambiental apenas daquele licenciável, é o que traz mais prejuízo à comunidade. Existe o estudo ambiental apenas do traçado já licenciado, que é o traçado inviável de ser realizado pelo Estado porque traz mais prejuízo à comunidade.

O traçado 1 tem o estudo e o licenciamento. O governo do Estado só vai contratar um estudo ambiental - cotrija-me, Ferrari - que tem um alto valor de investimento a hora que tiver um acordo, especialmente do órgão federal, o qual dá o aval no licenciamento, que é o ICMBio. A gente fala aqui por parte do Ministério Público Federal, mas na verdade é o ICMBio, só que tem o acompanhamento do Procurador da República em todos esses atos. Então ele está presente nessa discussão.

O que se busca agora é ter um acordo de qual traçado teria um denominador comum, para que tendo essa definição o Estado contrate os estudos ambientais, encaminhe para a Fatma e seja analisado pelos técnicos do ICMBio. E a partir do aval do ICMBio e do licenciamento da Fatma, o Estado possa iniciar a obra com a licença de instalação. Esse é o papel fundamental. Nós estamos na fase de decisão de qual traçado escolher, se é possível realizar a obra. É o momento de nós unirmos forças, de ter um posicionamento da comunidade, e de buscarmos conciliação nesta audiência. Porque se entrarmos num litígio judicial... o Estado pode ou não entrar, daqui a pouco o Estado diz que não quer entrar num litígio, vai fazer o traçado que já está licenciado e pagar as desapropriações seja lá como, vai ser um deus nos acuda - o que vai ter que ter pressão política para isso não acontecer.

Então o nosso papel aqui é buscar nessa audiência de conciliação aquele traçado desejado pela comunidade, que o órgão que vai executar a obra também entenda qual seria o melhor traçado, mas também que há posicionamentos divergentes do ponto de vista ambiental. O que nós queremos é tentar contrapor esses posicionamentos divergentes e demonstrar, seja para o Procurador da República, ou para o juiz federal, ou para os técnicos do ICMBio, que existe outro comprometimento, que a realidade da obra de hoje é diferente da obra de trinta anos atrás, e que o impacto social e até mesmo o ambiental pode ser muito maior se persistir o posicionamento inicialmente apresentado pelos técnicos do ICMBio e pelo Ministério Público Federal.

Eu conversei com o coordenador do ICMBio em Santa Catarina, e ele me disse que vem discutindo outras alternativas, que há uma busca dessa preparação para essa audiência para tentar se chegar a um acordo, parece-me muito mais sensível - eu não posso dar nenhuma informação oficial, pois foi uma conversa telefônica -, de ser um trajeto diferenciado do originalmente licenciado. Isso não quer dizer que o trajeto diferente do originalmente seja aquele que atenda ao pleito da comunidade. Mas já há um entendimento, e nosso papel é buscar pressionar, nos organizarmos e trabalharmos nesse sentido.

Vou passar rapidamente para o ICMBio e para o Deinfra para eles fazerem as considerações finais.

*(O senhor Maikon Costa manifesta-se fora do microfone: "Queremos entregar o documento que já está pronto".)*

Por gentileza, se quiser entregar, fique à vontade, Maikon.

*(O senhor Thiago Santos entrega documento à mesa.)*

Amanhã pela manhã vamos deliberar esse documento na Comissão e posteriormente no Plenário.

Quero dizer que por maior que seja a indignação da comunidade, foram todos educados em buscar um entendimento nessa questão do licenciamento.

Passo a palavra para o senhor Martin Rodacki, Procurador Federal representando o coordenador do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

**O SR. MARTIN RODACKI** - Eu entendo que seja perfeitamente compreensível toda essa indignação.

Eu me comprometo com o Deputado e com os demais presentes de repassar as queixas sociais a respeito do entendimento técnico do ICMBio ao superintendente e aos técnicos também. Mas eu acho que para dar efetividade prática para todos os questionamentos é muito importante que isso seja debatido dentro do licenciamento ambiental, que é o foro oficial e legítimo para que isso seja feito.

Então, é importante que esse instrumento seja utilizado para levantar essas questões sociais também e buscar uma alternativa diferenciada ou mesmo uma revisão do entendimento técnico. Acho que aí sim é possível resolver esse problema da forma mais segura, mais rápida e mais efetiva possível.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Senhoras e senhores, vou tentar fazer alguns encaminhamentos.

Nós recebemos aqui da Amocar e de todas as demais entidades do bairro Carianos o documento que marca a posição oficial das Associações Comunitárias e demais entidades do que seria o traçado mais adequado para a execução da rodovia.

No dia de amanhã, na reunião ordinária da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, às 11h, nós vamos deliberar para que todos os sete Deputados da Comissão encaminhem ao Plenário um posicionamento da Assembleia Legislativa direcionado ao Deinfra, à Fatma, ao ICMBio, ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal, que corrobora com o posicionamento da comunidade. *[Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]*

Socorreu-me aqui o Vereador Coronel Paixão, que, ato contínuo, a Câmara vai trabalhar da mesma forma para se ter um posicionamento da Câmara. Nós temos que trabalhar em conjunto com os Parlamentos aqui. Estamos na Assembleia Legislativa, mas tem um Parlamento municipal que tem que estar atuando e pressionando também nesse sentido.

Eu vou trabalhar também porque, diante de todas as informações, parece que o encaminhamento principal é ter uma deliberação e ver todas as ações que nós podemos realizar até essa audiência de conciliação na Justiça federal. Ninguém vai conseguir individualmente uma posição diferente do ICMBio, nem do Deinfra, muitas menos da Fatma que depende do aval do ICMBio para poder ir adiante.

Se há perspectiva de trinta dias e nós temos esse prazo, eu vou solicitar ao doutor Marcelo Kaiser Borges que a Assembleia possa estar representada nessa audiência para defender o posicionamento da comunidade e o nosso posicionamento, porque as facilidades de desapropriação, o impacto social seria mínimo, e obviamente que o impacto ambiental - no meu ponto de vista modesto, eu não sou técnico ambiental, mas dirigi um órgão ambiental - pensando no futuro da reserva, seria a garantia de uma preservação completa.

Uma vez um turista me perguntou por que a Beira-Mar norte não invadia o lado do mar. Eu respondi que porque ali passavam milhares de carros todos os dias e se construir um negocinho ali alguém vai derrubar. Então, uma fiscalização não é apenas a

fiscalização do órgão ambiental que consegue impedir, a fiscalização é da sociedade presente que efetivamente consegue fazer isso.

Eu quero aqui pedir o apoio de vocês para que a gente mantenha um contato permanente, não apenas este Deputado, mas todos os Deputados da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e da Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal, para que possamos se possível colaborar com o movimento da comunidade e buscar dar respaldo político a esse processo, que também tem um envolvimento político nesse processo.

Quero agradecer a ponderação das manifestações e posso entender que muitas vezes não dá para todos, eu sei que todos tinham o desejo de falar, mas a gente conseguiu fazer uma audiência objetiva, tentando não ser repetitivo, mas trazendo casos pontuais, e até mesmo o desabafo aqui da dona Jaqueline que com razão trouxe muitas ponderações.

Eu quero falar um pouco na condição de político. O nosso papel é cumprir o mandato na plenitude. A questão de voto é uma consequência e quem decide é o eleitor. E o nosso papel na Assembleia especialmente, nós que somos Deputados eleitos por Florianópolis, é de buscar abrir o fórum de discussão permanente e cobrar dos órgãos.

Muitas vezes a gente se sente impotente para mudar muita coisa que depende do Executivo. Eu sei o que é chegar no bairro Carianos e querer ver muita coisa diferente e não conseguir sozinho, como Parlamentar, fazer. Isso frustra a gente e traz uma angústia de quem não mora lá. Quem mora lá, e a senhora que dirige um conselho comunitário de segurança, essa angústia é infinitamente maior. E essa impotência deixa a gente angustiada e eu acho que nós temos que nos indignar sim, porque dr. Martin, se hoje aqui nós fomos tolerantes e tranquilos, se não tiver uma posição, chega um momento em que a gente não segura a comunidade e o tratamento passa a ser outro. Então, é preciso que se tenha essa compreensão, porque, às vezes, um técnico que tem um posicionamento que pode ser divergente, que tem várias interpretações, não está vivendo esse dia a dia. Eu sei que tem que preservar a questão ambiental, que estamos aqui para trabalhar.

Quero informar a todos que eu apresentei um requerimento para nós discutirmos regionalmente em Florianópolis o problema da segurança pública da nossa cidade, e o primeiro evento a ser realizado será sobre o problema da segurança no sul e no leste da Ilha, dividimos a cidade em algumas regiões. No dia 12 de abril, no conselho comunitário da fazenda do Rio Tavares, às 20 horas, nós vamos estar lá com a Secretaria de Segurança Pública, com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com os Conseg, com os projetos a serem realizados, que às vezes a comunidade também quer ajudar, mas ela não sabe como, porque não se tem esse canal de comunicação. Então, a gente quer discutir em bom nível uma nova visão, está faltando efetivo, tem que ter novas estratégias, como o Deputado pode... e a Assembleia quer tirar uma radiografia completa, no meu caso, de Florianópolis, para exigir dos órgãos, se não a gente vai para a tribuna dizer que está ruim a segurança, que tem isso e tem aquilo.

Esses dias eu falei lá do sul da Ilha - e a esposa do Alexandre, que foi assaltada na saída do banco, apontaram a arma na cabeça dela e do filho - isso está acontecendo todo o dia. Mas tem muitas ações que podem ajudar preventivamente e outras que podem atacar a consequência, que é a ação mais repressiva da polícia. Então, a Assembleia está abrindo esse novo espaço.

E eu quero dizer que eu não vou me cansar de brigar pela nossa cidade, nas mais diversas formas, seja discutindo com o Secretário, seja realizando uma nova audiência pública, e esta Casa vem não apenas através deste Deputado, mas de outros Deputados, discutindo.

O próprio Carianos está com esse problema que a Casa teve uma grande audiência aqui, presidida pelo Deputado João Amin, na Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, na questão das terras de Marinha que é outra vergonha que está acontecendo. E nós não vamos nos omitir e nem vamos nos cansar, se pensam que vão vencer no cansaço, Deus felizmente nos garantiu a saúde para continuar essa briga, e nós não fugimos de nenhuma briga.

Eu sei que eventualmente alguns podem não poder estar aqui. Mas eu sei que a gente sente a angústia, às vezes, dos Vereadores de não conseguir dar todas as respostas. Mas eu quero dizer que nós precisamos unir forças neste momento. Nós precisamos estar juntos, os Parlamentares, nós precisamos ter as entidades do nosso lado e nós precisamos ter os estudos dos técnicos que colaboram na comunidade, que possam dar o contraponto técnico.

Muitas vezes nós não temos essa capacidade de poder fazer, para poder ter um novo resultado.

Então, eu quero aqui agradecer muito a presença dos representantes da Infraero que corroboraram com o nosso posicionamento, do nosso Comandante que se dispôs a vir pessoalmente aqui, Coronel Norberto, sempre muito atento, ele é o Comandante da Polícia Rodoviária de todo o Estado de Santa Catarina, mas sempre está à frente da discussão de Florianópolis, a gente sabe disso.

Agradeço a representação do Floripa Convention Bureau, da Fundação Estadual do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes, do Deinfra. Hoje o Secretário Carlos me ligou falando que o Ferrari era o técnico que tinha conhecimento apurado e talvez a pessoa mais qualificada para estar aqui, e foram muito úteis as suas colocações. Às vezes a gente está fazendo uma crítica sem ter conhecimento, o primeiro ponto para lutar por alguma coisa é conhecer pelo que estamos lutando, e se serviu para nós foi para isso para a gente poder conhecer um pouco mais.

Agradeço as associações de moradores presentes aqui, participaram ativamente, os interessados, aqueles que têm seus interesses particulares, mas que lutam pela comunidade, as entidades, Fiesc, OAB, Sindicato dos Hoteis, aqueles que discutem o turismo de Florianópolis, os Vereadores aqui presentes.

Informo a todos que, encerrando esta reunião, a comunidade que desejar, o Lucas vai vir à mesa, de forma informal, para dar esclarecimentos.

Espero que tenhamos muita força e dedicação para virar esse jogo, não vai ser fácil, mas estamos aqui para dar o respaldo.

Que Deus abençoe a todos, muito obrigado.

Está encerrada a nossa audiência. (Palmas.) [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt] (Ata sem revisão dos oradores.)

**DEPUTADO ESTADUAL GEAN LOUREIRO  
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 2ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Aos três dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, amparado no §1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado João Amin, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: João Amin, Valdir Cobalchini, Cesar Valduga, Cleiton Salvaro. Deputado Manoel Mota, justificou sua ausência através de ofício. Após a verificação de quorum regimental, o Presidente abriu os trabalhos, cumprimentando a todos e agradecendo pela presença. Prosseguindo, submeteu para apreciação e votação, os seguintes expedientes: 1 - Requerimento, subscrito pelo Deputado Cesar Valduga, solicitando reunião conjunta com a Comissão de Legislação Participativa, para debater a "Situação atual e as perspectivas para os aeroportos de Santa Catarina"; 2 - Requerimento, subscrito pelo Deputado João Amin, Presidente da Comissão de Transportes, para realização de Audiência Pública, para tratar das pendências nas construções de pontes, nos municípios de Itajaí, Balneário Camboriu e Itapema, nas vias marginais, que dão acesso a Rodovia BR-101, no Estado de Santa Catarina, em local, dia, hora e município, ser definido posteriormente. Os requerimentos foram apreciados em bloco, sendo ambos aprovados por unanimidade pelos Deputados membros presentes. 3 - Projeto de Lei nº PL./0032.9/2016, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que denomina Valdir Ruschel o trecho da Rodovia SC-355, entre os municípios de Iomerê e Treze Tilias, com parecer pela aprovação, subscrito pelo Deputado Cesar Valduga; 4 - Projeto de Lei nº PL./0581.0/2015, de autoria do Governador do Estado, que altera a tabela I do Anexo Único da Lei nº 15.031 de 2009, que institui taxas por atos do Departamento de Transportes e Terminais - Deter e estabelece outras providências, com parecer pela aprovação, subscrito pelo Deputado João Amin. Os pareceres dos Projetos de Lei apresentados, foram apreciados em bloco, sendo ambos aprovados por unanimidade pelos Deputados membros presentes. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual para constar, eu, Cláudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia.

Sala das Comissões, três de maio de dois mil e dezesseis.

**Deputado João Amin**  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO****EXTRATO Nº 075/2016**

REFERENTE: Convênio nº 011/2016 celebrado em 22/03/2016  
 1º CONVENIENTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
 2º CONVENIENTE: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina- TER/SC  
 OBJETO: Cooperação institucional entre o TRES e a ALESC, mediante a disponibilização de recursos humanos para a preparação e realização das Eleições Municipais de 2016, com vistas à formação política de estudantes e ao fiel cumprimento do dever em prol do processo eleitoral e do fortalecimento da democracia. A ALESC se obriga a disponibilizar 50 estagiários para prestar auxílio nos trabalhos realizados nos Cartórios Eleitorais do Estado; responsabiliza pelo pagamento da bolsa de estágio mensal, inclusive do auxílio transporte, no valor de R\$ 699,68, referente à bolsa e R\$ 10,00 relativo ao auxílio-transporte diário, bem como pagamento das férias proporcionais, no momento da rescisão do contrato de estágio; e bem como pagamento das despesas relativas à contratação do agente de integração credenciado para a seleção dos estagiários.

VIGÊNCIA: 22/03/2016 a 20/12/2016

Florianópolis, 11 de maio de 2016.

Deputado Gelson Merísio - Presidente da ALESC

Desembargador Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu - Presidente do Tribunal Eleitoral de Santa Catarina

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 123/16**

Ofício nº 14/2016 Salto Veloso, 05 de maio de 2016  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Salto Veloso, referente ao exercício de 2015.

Ederson Antonio Barboza

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 124/16**

Ofício nº 11/2016 Ponte Serrada, 08 de abril de 2016  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Ponte Serrada, referente ao exercício de 2015.

Rosmeri Aparecida Vicensi

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 125/16**

Ofício nº 36/2016 Xanxerê, 04 de maio de 2016  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Xanxerê (APAE), referente ao exercício de 2015.

Simone de Siqueira Martarello

Assistente Social

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 126/16**

Ofício nº 11/2016 Palmitos, 05 de maio de 2016  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Palmitos, referente ao exercício de 2015.

Alice Decker

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 127/16**

Ofício nº 55/2016 São Miguel do Oeste, 06 de maio de 2016  
 Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São Miguel do Oeste, referente ao exercício de 2015.

Darcisio A. Klein

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 128/16**

Xaxim, 05 de maio de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Escola Especial Professora Marlene Stieven (APAE) de Xaxim, referente ao exercício de 2015.

Gilvane Toaldo Giachini

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 129/16**

Ofício nº 073/2016

Rio do Sul, 28 de abril de 2016

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul, referente ao exercício de 2015.

Gilvane Toaldo Giachini

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 130/16**

Ofício nº 054/2016

Brusque, 29 de abril de 2016

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Brusque, referente ao exercício de 2015.

Sebastião Ernani Póia

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 131/16**

Joinville, 28 de abril de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, de Joinville, referente ao exercício de 2015. (Fundação Pró-Rim)

Marcos Alexandre Vieira

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 132/16**

Ofício nº 076/2016

Braço do Norte/SC, 29 de abril de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Beneficente Santa Teresinha, de Braço do Norte, referente ao exercício de 2015.

Arley José Felipe

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 133/16**

Ofício nº 033/2016/HMRT

Pomerode/SC, 22 de abril de 2016

Encaminha documentação para a manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode, referente ao exercício de 2015.

Nelson Hein

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 134/16**

Ofício nº 09/2016

Tunápolis, 01 de maio de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar de Tunápolis, referente ao exercício de 2015.

Alcides Luís Hofer

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 135/16**

Ofício nº 029/2016-DAF

Joinville, 25 de abril de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, em Joinville, referente ao exercício de 2015.

Valdir Steglich

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 136/16**

Itajaí, 26 de abril de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, em Joinville, referente ao exercício de 2015.

Saete Ana Bampi  
Diretora-Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 137/16**

Ofício 06/2016 São Bento do Sul, 02 de maio de 2016  
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa de São Bento do Sul (FETEP), referente ao exercício de 2015.

Adelino Denk  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 138/16**

Ofício 1178-2013/2016 Florianópolis, 25 de abril de 2016  
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Hermon, de Florianópolis, referente ao exercício de 2015.

Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 139/16**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Assistência Social São Luiz, de Florianópolis, referente ao exercício de 2015.

Sérgio Rubens Cidade  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 140/16**

Ofício nº 21/2016 Caçador/SC, 03 de maio de 2016.  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, referente ao exercício de 2015.

Valdemar Fabiani  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 141/16**

Blumenau, 08 de maio de 2016.  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Sorrir para Down, de Blumenau, referente ao exercício de 2015.

Vilson Júlio Rosa  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 10/05/16

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 637, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 008/2016.

Matr	Nome do Servidor	Função
7211	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	Pregoeiro
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	Pregoeiro substituto
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	Equipe de apoio
947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	

1039	VICTOR INACIO KIST
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 638, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 009/2016.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	Pregoeiro
947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Pregoeiro substituto
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	Equipe de apoio
7211	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	
1039	VICTOR INACIO KIST	
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 639, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 010/2016.

Matr	Nome do Servidor	Função
947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Pregoeiro
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Pregoeiro substituto
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	Equipe de apoio
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	
7211	JOÃO GABRIEL P. ZIMMERMANN	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 640, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ERALDO NEVES, matrícula nº 6917, de PL/GAB-83 para o PL/GAB-80, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Antonio Blosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 641, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora FABIANA ELOISA DREGER, matrícula nº 6607, de PL/GAB-72 para o PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 642, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JERRY EDSON COMPER, matrícula nº 6585, de PL/GAB-86 para o PL/GAB-81, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 643, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ARNALDO JOSE BERTOTTO, matrícula nº 5362, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 644, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ELIDIO EMILIO RIFFEL, matrícula nº 6026, de PL/GAB-55 para o

PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Antonio Blossfeld

Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 645, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VALDACIR ANTONIO ANDRES, matrícula nº 3333, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Antonio Blossfeld

Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 646, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora EVELYN RONCONI, matrícula nº 8026, de PL/GAB-35 para o PL/GAB-39, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).

Carlos Antonio Blossfeld

Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 647, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora IVONETE CHIQUETI BASTOS, matrícula nº 8062, de PL/GAB-40 para o PL/GAB-39, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).

Carlos Antonio Blossfeld

Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 648, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JOSIANE MONTIBELLER, matrícula nº 7057, de PL/GAB-43 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso).

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 649, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora INES WOLLINGER DA CONCEICAO, matrícula nº 4027, de PL/GAB-80 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 650, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JERUSA NARA MOSER, matrícula nº 3388, de PL/GAB-95 para o PL/GAB-93, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 651, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da

Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LEONARDO CANELLO BRANDT, matrícula nº 6765, de PL/GAB-76 para o PL/GAB-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 652, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor DIEGO ROSA CORREIA, matrícula nº 6779, de PL/GAB-87 para o PL/GAB-91, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 653, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gab Dep Patrício Destro **MARILDA SILVA DE CARVALHO**, Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, matrícula nº 294.539-8-01, servidora do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Saúde, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 914, de 25 de abril de 2016, sob a égide do Termo de Convênio nº 1546/2015, a contar de 10 de maio de 2016.

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 654, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **AGUINALDO RAMOS**, matrícula nº 7195, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 655, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **CARLA CRISTINA SCHE**, matrícula nº 2536, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2016 (Liderança do PR).

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 656, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR CARLA CRISTINA SCHE**, matrícula nº 2536, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 10 de Maio de 2016 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 657, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR AGUINALDO RAMOS**, matrícula nº 7195, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-01, Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 10 de Maio de 2016 (Liderança do PR - Palhoça).

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 658, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR LAINE MARIA DE LUCA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-67, Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PR - São Miguel D'Oeste).

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 659, de 11 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR KARINE APARECIDA FERREIRA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dr. Vicente - Jaraguá do Sul).

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETO DE LEI</b>
-----------------------

**PROJETO DE LEI Nº 0141.2/2016**

Dispõe sobre a classificação do tabaco nas propriedades dos agricultores produtores no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As empresas que comercializam e/ou industrializam tabaco em todo o território de Santa Catarina ficam obrigadas a realizar a classificação da folha do tabaco nas propriedades dos agricultores que o produzem no ato da aquisição.

§1º Classificação do tabaco é a análise técnica que organiza a produção em classes de acordo com a qualidade, realizada a partir de parâmetros estabelecidos por órgão competente com a finalidade de determinar o preço pago ao produtor.

§2º A classificação do tabaco será estabelecida pela Instrução Normativa (IN) nº 10, de 13 de abril de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e suas alterações.

Art. 2º A empresa que comercializa e/ou industrializa tabaco deverá disponibilizar antecipadamente ao produtor tabela de classificação do tabaco, acrescida de imagem correspondente, conforme requisitos estabelecidos pela Instrução Normativa: por grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos e subtipos, segundo o seu preparo, sua apresentação e arrumação, sua posição nas plantas, cor das folhas e sua qualidade, respectivamente.

Art. 3º Para dirimir divergências quanto à classificação do tabaco, poderá haver arbitragem de terceiros e profissional habilitado por órgão oficial para a classificação do tabaco, sem custos ao agricultor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,  
Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente  
Sessão de 11/05/16

JUSTIFICATIVA

**Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei que trata da produção do tabaco que hoje é uma atividade realizada por milhares de famílias que têm nesta produção a sua maior fonte de renda. Conforme dados do CEPA (2015), no Estado de Santa Catarina são 44.390 mil famílias que trabalham na produção de fumo, tornando o Estado como segundo maior produtor nacional, com 225.961 toneladas, o que corresponde a 29,8% do que o país produz, ocupando uma área de cultivo de 116.392 hectares.

Os três Estados da Região Sul são responsáveis por 98,27% da produção nacional, que envolve 790.908 mil famílias em 395.633 mil hectares cultivados. Nesses três Estados, a produção de fumo é realizada em regime de integração com a indústria e, assim, o dimensionamento do plantio se dá de acordo com as necessidades internas e de exportação do produto (CEPA, 2015). A maioria do fumo produzido ocorre em regime de parceria e com produtores que possuem área inferior a 10 hectares, demonstrando ser uma atividade realizada apenas pela agricultura familiar.

Entretanto, a classificação do fumo realizada pelas empresas que comercializam e/ou industrializam é muito contestada pelos produtores, pois os critérios de classificação que a empresa adota frequentemente diferem da expectativa dos produtores. A classificação do tabaco está estabelecida pela Instrução Normativa (IN) nº 10, de 13 de abril de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

De uma forma em geral, a aquisição e comercialização de tabaco é centralizada em poucas empresas, que por sua vez concentram o recolhimento e classificação em algumas poucas unidades. Essa centralização beneficia as empresas que compram o fumo, mas penaliza os produtores que distantes do local onde ocorre a classificação não acompanham a classificação atribuída pelas empresas. Como regra, há divergência entre a parte compradora e vendedora. Os agricultores reclamam da falta de transparência da classificação, e conseqüentemente, do preço atribuído ao fumo.

A classificação do tabaco na própria propriedade do agricultor facilitará o acompanhamento e proporcionará transparência na análise, sendo uma antiga reivindicação dos produtores desta cultura. Além disto, durante a comercialização do fumo o agricultor não ficará subordinado às decisões unilaterais da empresa compradora.

As empresas do Sistema de Produção Integrada de tabaco já dispõem profissionais que realizam assistência técnica, o que torna factível a organização de um cronograma anual para a classificação do fumo nas propriedades.

Permanecendo divergências entre os produtores e as empresas, prevemos neste Projeto de Lei o instituto da arbitragem de terceiros, através de profissional habilitado por órgão oficial para a classificação do tabaco. Isto dará maior credibilidade ao processo de classificação, contemplando o preço justo esperado pelo produtor e mediando divergências entre os atores envolvidos.

Considerando a relevância da matéria e a justa reivindicação dos agricultores catarinenses produtores de tabaco que esperam o acolhimento desta reivindicação, assim como já ocorre nos Estados vizinhos do Paraná e do Rio Grande do Sul, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em  
Deputado Dirceu Dresch

\*\*\* X X X \*\*\*